

ESTADO DE SANTA CATARINA
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARROIO TRINTA

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO 2019/2020
E DE AVALIAÇÃO 2018-2019/2020
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2015-2024
LEI Nº 1.742/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARROIO TRINTA

SUMÁRIO

1. DADOS DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO	4
2. ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DO PROCESSO DE MONITORAMENTO DO PME	5
3. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS METAS E ESTRATÉGIAS DO PME	
3.1 Meta da Educação Infantil	6
3.2 Meta do Ensino Fundamental	10
3.3 Meta do Ensino Médio	14
3.4 Meta da Educação Especial/Inclusão	18
3.5 Meta da Alfabetização Infantil	22
3.6 Meta da Educação Integral	25
3.7 Meta da Qualidade da Educação Básica	28
3.8 Meta da Elevação da Escolaridade/Diversidade	34
3.9 Meta da Alfabetização de Jovens e Adultos	36
3.10 Meta da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional	38
3.11 Meta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio	39
3.12 Meta da Educação Superior	41
3.13 Meta da Qualidade da Educação Superior	43
3.14 Meta da Pós-graduação	44
3.15 Meta da Titulação dos Profissionais da Educação Básica	45
3.16 Meta da Pós-graduação dos Profissionais da Educação Básica	49
3.17 Meta da Valorização dos Profissionais do Magistério	51
3.18 Meta do Plano de Carreira	53
3.19 Meta da Gestão Democrática	56
3.20 Meta do Financiamento da Educação	58
4. CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	62
5. ANEXOS	
5.1 Referências	66
5.2 Glossário	67

5.3 Dotações orçamentárias	68
5.4 Notas Técnicas	71
5.5 Demais Informações	81

ESTADO DE SANTA CATARINA
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARROIO TRINTA

APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Educação de Arroio Trinta, com vigência 2015 a 2024, é o principal instrumento norteador da política educacional do município, tendo como foco a melhoria da qualidade e equidade na Educação. Elaborado no período de 2014/2015, a partir dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Executiva do PME, nomeada pelo decreto nº 1.683/2015 e respaldado pelo Fórum Municipal de Educação, constituído por meio da Lei nº 1.632/2013 e Decreto de nomeação nº 1.535/2013, com várias frentes de trabalho e participação da Sociedade Civil e das Instituições Educacionais, culminando com a Conferência Municipal de Educação (Fórum) de apresentação e aprovação do PME e posterior aprovação pela Câmara de Vereadores, por meio da Lei Municipal nº 1.742, de 23 de junho de 2015.

A Secretaria Municipal de Educação constituiu em 2016, por meio de decreto municipal nº 1.762 a Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME, o qual é integrado por diferentes setores do Sistema Municipal de Ensino e demais representatividades do setor educacional e da sociedade civil, com a atribuição de avaliar o monitoramento das metas e estratégias do referido plano decenal, por meio dos indicadores oficiais e demais levantamentos realizados.

O presente relatório referente ao período de Monitoramento 2019/2020 e 2º Ciclo de Avaliação 2018-2019/2020 do Plano Municipal de Educação, é resultado da coleta sistêmica de informações, bem como da relação direta dos indicadores apurados à realidade vivenciada, em que, muitas vezes, não condizem e/ou deixam dúvidas em relação às impressões que se têm em determinados aspectos, devido à falta e/ou defasagem dos dados disponíveis para monitorar e avaliar com maior precisão as Metas e Estratégias contidas no documento. Mesmo assim, a partir dos estudos realizados é possível verificar os avanços obtidos até este período intermediário de vigência do Plano Decenal, bem como, reavaliar aspectos em que o município vem apresentando dificuldades na gestão de algumas Metas, possibilitando ajustes e melhorias necessárias a fim de que os objetivos assumidos coletivamente, em prol do desenvolvimento e qualidade da educação municipal avancem continuamente e possam ser alcançados.

O relatório contendo as 20 metas, descreve o atual cenário em torno de cada uma delas, bem como os Quadros dos Indicadores nas metas que os possui, acompanhadas de dados estatísticas e demais informações. As 174 estratégias são trabalhadas nos Quadros das Estratégias de cada meta, com as devidas análises e observações pontuadas a partir do estudo realizado. Ao final são apresentadas de forma resumida as considerações e recomendações relativas às 20 metas, seguida das referências, glossário, notas técnicas emitidas e demais informações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARROIO TRINTA

1. DADOS DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO

TIPO DE RELATÓRIO: MONITORAMENTO E DE AVALIAÇÃO 2º CICLO

PERÍODO ANALISADO: - MONITORAMENTO 2019/2020
- AVALIAÇÃO 2018-2019/2020

Estado: Santa Catarina (SC)		
Plano Municipal de Educação de Arroio Trinta - Lei nº 1.742/2015, 23 de junho de 2015		
Períodos de Avaliação: Bienal	Ano da primeira avaliação: 2018 referente ciclo 2015/2017 Ano da segunda avaliação: 2020 referente ciclo 2018/2020	
Período de Monitoramento:	Ano base 2019 – Relatório realizado em 2020	
Comissão Coordenadora:	Secretaria Municipal de Educação	-
Equipe Técnica:	Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação	Decreto nº 1.762/2016
Contatos:	Telefone: (49) 3535-6000	E-mail: educa@arroiotrinta.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARROIO TRINTA

2. ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DO PROCESSO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME

O presente Relatório de Monitoramento e de Avaliação do Plano Municipal de Educação, Lei Municipal nº 1.742/2015, compreende estudos, sistematização e relatoria tendo como base os dados até o ano de 2019 (incluindo a publicação do IDEB-2019 de setembro de 2020), o qual foi realizado no decorrer do segundo semestre de 2020, sob responsabilidade da Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME e equipe da Secretaria Municipal de Educação.

No estudo foram utilizados como fonte os dados oficiais das Sinopses do Educacenso e Indicadores Educacionais publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referente os anos de 2015 a 2019 e Relatórios da Meta 1 do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) de 2016, 2017 e 2018, dados populacionais do IBGE e demais indicadores oficiais e extraoficiais apurados em âmbito local.

Após todo trabalho de leitura, análise e revisão do Relatório de Monitoramento e de Avaliação do PME do presente período, realizado em 13 de novembro de 2020, o mesmo foi submetido à apreciação final e aprovado pela Equipe Técnica do PME e da Secretaria Municipal de Educação, o qual foi publicado em Consulta Pública, no Site da Prefeitura, do dia 18 ao dia 30 de novembro de 2020. Em razão da Pandemia da COVID-19, não houve realização da Conferência Municipal de Educação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARROIO TRINTA

3. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS METAS E ESTRATÉGIAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3.1 META DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Meta 1 – Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 6 anos (após a data corte de 31 de março) e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, na faixa de 80% a 90% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PME.

A universalização da Educação Infantil na Pré-escola, para crianças de 4 e 5 anos de idade, já foi consolidada no município, apesar das disparidades entre os dados oficiais e extraoficiais apurados. No Quadro do Indicador 1A a seguir, a universalização já havia ocorrido em 2013, segundo a Pnad e TCE/SC em 2018.

A Nota Técnica nº 002/2020/PME do Indicador 1A, apresentada no Item 5.5 dos Anexos, esclarece sobre os dados extraoficiais apurados pela Equipe Técnica do PME, por meio da qual se reafirma a universalização deste atendimento.

Quanto ao atendimento na etapa de creche, 0 a 3 anos de idade, Indicador 1B, os dados extraoficiais apurados (Nota Técnica nº 003/2020/PME), apontam que a meta de atingir 80% a 90% das crianças até 2024 ainda não foi alcançada, atingindo 69,8% em 2019. Porém, bem acima da meta de 50% estabelecida no PNE e PEE. Atenta-se ao fato de que o principal fator limitante neste atendimento, consiste em não haver oferta de transporte escolar rural para crianças abaixo de 4 anos, para o qual existem critérios mais específicos/complexos em sua oferta, bem como menor interesse dos pais em buscar vaga em creche.

QUADRO DO INDICADOR 1A

META 1	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 6 anos (após a data corte de 31 de março) e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, na faixa de 80% a 90% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PME.										
INDICADOR 1A	Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola/creche (Taxa de atendimento escolar)										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista		100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	SIM
Meta executada no período (dado oficial PNE em Movimento)	100% Pnad/13	SI	SI	SI	SI						
Meta executada no período (dado extraoficial – Censo EB e Pop. Est. IBGE)	98,7%	82,9%	89,5%	100,0%	94,7%						
Meta executada no período (dado extraoficial – SME)		100%	100%	100%	100%						
Meta executada no período (dado extraoficial –TCE)		89,14%	97,14%	111,76%	-						

Obs: SI – Sem Informação

QUADRO DO INDICADOR 1B

META 1	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 6 anos (após a data corte de 31 de março) e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, na faixa de 80% a 90% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PME.										
INDICADOR 1B	Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/creche (Taxa de atendimento escolar)										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista										80% a 90% 50% PNE	NÃO (PME) SIM (PNE)
Meta executada no período (dado oficial PNE em Movimento)	48,4% Pnad/13	SI	SI	SI	SI						
Meta executada no período (dado extraoficial – Censo EB e Pop. Est. IBGE)	76,4%	64,6%	69,3%	67,5%	69,8%						
Meta executada no período (dado extraoficial –TCE)		48,94%	51,40%	57,14%	-						

Obs: SI – Sem Informação

DEMAIS CONSIDERAÇÕES E APONTAMENTOS DA META DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil no município de Arroio Trinta é de total responsabilidade da Rede Municipal de Ensino, cuja oferta é realizada de forma polarizada na área urbana, na unidade Escolar do CMEI Professora Fabiana Aparecida Nunes Possato em que as instalações foram ampliadas e melhoradas recentemente.

Para atender toda a demanda das crianças de 4 e 5 anos, o município mantém transporte escolar rural. E, apesar dos indicadores extraoficiais apontarem um residual de alunos não atendidos, conforme Quadro 01 a seguir, não há registro junto à Rede de Proteção Social de alunos fora da escola nessa faixa etária, situação comprovada inclusive por levantamento realizado em parceria com a Secretaria de Saúde, por meio das Agentes Comunitárias de Saúde.

Quadro 01 - Número de matrículas atendidas no município de Arroio Trinta, na faixa etária dos 4 e 5 anos de idade, por Modalidade de Ensino – Ensino Regular e/ou Educação Especial de 2015 a 2019

Ano	População 4 e 5 anos (estimativa para o período)	Pré-escola	Anos Iniciais	Total	Atendimento estimativa
2015	76	65	10	75	98,7%
2016	76	63	-	63	82,9%
2017	76	68	-	68	89,5%
2018	76	76	-	76	100%
2019	76	72	-	72	94,7%

Fonte: INEP - Censo da Educação Básica 2015 a 2019 e Estimativa Populacional IBGE/Nota Técnica nº 001/2020/PME

Em relação ao atendimento de creche de 0 a 3 anos, o município assumiu a meta de atendimento de 80 a 90%, bem superior ao do PNE/PEE, que estima atender 50% até 2024. Segundo dados do Quadro 02 abaixo, o município já está próximo de alcançar essa meta e destaca que a maior dificuldade está ligada ao transporte escolar das crianças nessa faixa etária, em razão das exigências legais, com a presença de monitor e cadeirinhas/cintos adequados à cada idade.

Quadro 02 - Número de matrículas atendidas no município de Arroio Trinta, na faixa etária dos 0 aos 3 anos de idade, por Modalidade de Ensino – Ensino Regular e/ou Educação Especial de 2015 a 2019

Ano	População 0 a 3 anos (estimativa para o período)	Creche	Pré-escola	Total	Atendimento estimativa
2015	127	73	24	97	76,4%
2016	127	53	29	82	64,6%
2017	127	55	33	88	69,3%
2018	126	60	25	85	67,5%
2019	126	57	31	88	69,8%

Fonte: INEP - Censo da Educação Básica 2015 a 2019 e Estimativa Populacional IBGE/Nota Técnica nº 001/2020/PME

Considerando as estratégias assumidas na Meta da Educação Infantil, as quais, em sua maioria, são de caráter contínuo (anual), estas foram consideradas como realizadas ou estão em constante desenvolvimento, conforme descrito no quadro a seguir.

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 1

META 01 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
1.1 Ampliação do CMEI PROFABI na perspectiva de atender a demanda de matrículas prevista nesta meta.	2018	PA-1065: 1101	Realizada	Sim
	Observações: - Obra realizada no período de 2019 e 2020, com recursos próprios.			
1.2 Articular junto a SMSAS a constante verificação do atendimento das crianças de 0 a 6 anos (até a data corte), na Educação Infantil, por meio das agentes de saúde.	Anual	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Em parceria com a SMSAS, as agentes de saúde prestam auxílio em monitorar possíveis crianças que estejam fora da escola, principalmente na idade obrigatória.			
1.3 Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil.	Anual	PA-1065: 1101 e 1132	Realizada	Sim
	Observações: - O município possui creche do Proinfância e ampliou recentemente as instalações com recursos próprios.			
1.4 Usufruir dos mecanismos da avaliação da educação infantil, a ser viabilizada pelo MEC, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, às condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.	Anual	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Em 2019, foi realizada avaliação institucional das escolas da Rede Municipal de Ensino, segundo modelo do MEC.			
1.5 Incentivar a formação inicial e promover a formação continuada dos profissionais da educação infantil, garantindo progressivamente o atendimento por profissionais com formação superior.	Anual	PA-2016/2053: 1101, 1136 e 1119	Realizada	Sim
	Observações: - O município exige provas de títulos em seletivos e concursos, com no mínimo ensino superior. A formação continuada é oferecida regularmente, atendendo no mínimo 80 horas anual.			
1.6 Garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 a 5 anos.	Anual	Não se aplica	Concluída	Sim
	Observações: - O documento das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil foi construído regionalmente, em parceria com o Colegiado de Educação da AMARP.			

META 01 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
1.7 Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.	Anual	PA-2016/2053: 1118 e 1119	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - O acesso à Educação Infantil é priorizado no município, sendo que, dos 0 aos 3 anos há uma política de valorização do convívio da criança no ambiente familiar, sendo atendidas crianças de acordo com o interesse/necessidade da família.			
1.8 Identificar e encaminhar para diagnóstico, as crianças com necessidades do atendimento educacional especializado, na educação infantil, cadastrando-as no Educacenso.	Anual	PA-2016/2053: 1119 e 1136	Realizada	Sim
	Observações: - É responsabilidade da unidade escolar identificar e realizar os encaminhamentos especializados e o registro desses alunos no Educacenso.			
1.9 Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 anos de idade.	Anual	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Há ações implementadas por meio da Rede de Proteção Social.			
1.10 Preservar as especificidades da educação infantil, garantindo o atendimento da criança de 0 a 5 anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do aluno de 6 anos de idade no ensino fundamental.	Anual	Não se aplica	Concluída	Sim
	Observações: - Estratégia plenamente contemplada nas estratégias didático-pedagógicas, na oferta de material pedagógico aos alunos e nas diretrizes curriculares.			
1.11 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência (busca ativa) das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.	Anual	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Realizado por meio do registro diário da frequência, do Projeto Presença e da parceria com o Conselho Tutelar, Agentes Comunitárias de Saúde e CRAS.			
1.12 Realizar e publicar, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento.	Anual	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Realizada por meio da divulgação anual de matrículas, bem como do atendimento contínuo de registro de interessados por vaga na etapa de creche (idade não obrigatória).			
1.13 Viabilizar o acesso à educação infantil em tempo integral, paralelo às condições físico/financeiras e normas regimentais, para as crianças de 0 a 6 anos (até a data corte), conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.	Anual	PA-2016/2053: 1118/1119/1101	Realizada	Sim
	Observações: - Com a ampliação do CMEI, as vagas em período integral cresceram substancialmente no período.			
1.14 Rever em regime de colaboração, os valores per capita aluno do PNATE e PNAE e dos convênios com o Estado relativos ao transporte escolar.	2016	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Mesmo não havendo participação do município de forma direta na definição dos valores do PNAE e PNATE e do convênio do transporte escolar com o estado, houve pequenos reajustes nos valores per capita.			

3.2 META DO ENSINO FUNDAMENTAL

Meta 2 – Universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 anos (considerando a data corte) a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

A universalização do ensino fundamental de 9 anos para a população dos 6 aos 14 anos está consolidada no município, mesmo que os dados oficiais e extraoficiais apurados e constantes do Quadro do Indicador 2A a seguir, não confirmem. A Nota Técnica nº 004/2020/PME, apresentada no Item 5.5 dos Anexos, esclarece sobre os dados extraoficiais apurados pela Equipe Técnica do PME, por meio da qual se justifica a universalização deste atendimento.

Quanto ao Indicador 2B, da conclusão do Ensino Fundamental até os 16 anos de idade (idade recomendada), o único dado disponível corresponde ao da Pnad, ainda de 2013, com percentual de 62,9%. Não há coleta de dados locais para aferir tal informação.

QUADRO DO INDICADOR 2A

META 2	Universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 anos (considerando a data corte) a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.										
INDICADOR 2A	<i>Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta ou que já concluiu o ensino fundamental (taxa de escolarização líquida ajustada).</i>										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista		100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	SIM
Meta executada no período (dado oficial PNE em Movimento)	99,3% Pnad/13	SI	SI	SI	SI						
Meta executada no período (dado extraoficial – Censo EB e Pop. Est. IBGE)	84,8%	78,5%	73,8%	74,6%	69,5%						
Meta executada no período (dado extraoficial – SME)	-	100%	100%	100%	100%						

Obs: SI – Sem Informação

QUADRO DO INDICADOR 2B

META 2	Universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 anos (considerando a data corte) a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.										
INDICADOR 2B	<i>Percentual da população de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído.</i>										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista										95%	SI
Meta executada no período (dado oficial PNE em Movimento)	62,9% Pnad/13	SI	SI	SI	SI						
Meta executada no período (dado extraoficial – SME)	-	-	-	-	-						

Obs: SI – Sem Informação

DEMAIS CONSIDERAÇÕES E APONTAMENTOS DA META DO ENSINO FUNDAMENTAL

A oferta do Ensino Fundamental no município é compartilhada entre a Rede Municipal e Estadual de Ensino, onde o município atende a etapa dos Anos Iniciais na EM Prof. Jacy Falchetti e o estado os Anos Finais na EEB Governador Bornhausen. O atendimento é polarizado na área urbana, com oferta de transporte escolar em todas as localidades do interior.

Apesar dos indicadores oficiais apontarem um residual de alunos não atendidos na faixa etária considerada (Quadro 03 abaixo), não há registro junto à Rede de Proteção Social de alunos fora da escola nessa faixa etária, situação comprovada inclusive por levantamento realizado em parceria com a Secretaria de Saúde, por meio das Agentes Comunitárias de Saúde. Cabe destacar que os dados apurados em relação à população por faixa etária, a partir dos dados da população geral estimada pelo IBGE, consiste na principal causa da inconsistência dos dados, por não considerar aspectos de redução da população dos 6 aos 14 anos, conforme argumentações apresentadas na Nota Técnica nº 004/2020/PME, nos anexos.

Quadro 03 - Número de matrículas atendidas no município de Arroio Trinta, na faixa etária dos 6 aos 14 anos de idade, por Modalidade de Ensino – Ensino Regular e/ou Educação Especial de 2015 a 2019

Ano	População 6 aos 14 anos (estimativa para o período)	Educação Infantil	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	Total	Atendimento estimativa
2015	442	-	173	184	18	375	84,8%
2016	442	6	168	148	25	347	78,5%
2017	442	7	172	137	10	326	73,8%
2018	441	4	171	138	16	329	74,6%
2019	440	5	159	133	9	306	69,5%

Fonte: INEP - Censo da Educação Básica 2015 a 2019 e Estimativa Populacional IBGE/Nota Técnica nº 001/2020/PME

Quanto ao Indicador 2B, da conclusão do ensino fundamental até os 16 anos de idade (idade recomendada), não há estudos/pesquisa local para aferição de tais informações em que o único dado oficial corresponde ao da Pnad 2013, com percentual de 62,9%. Atenta-se para o fato de que, além da universalização do atendimento, é necessário trabalhar as taxas de produtividade escolar (aprovação, reprovação, abandono e distorção série-idade), para que o referido indicador possa ser alcançado. Porém, com a distorção série-idade de 12,7% no Ensino Fundamental em 2019, sendo de 5,0% nos Anos Iniciais, 20,9% nos Anos Finais e 16,1% no 9º Ano, conforme consta no Quadro 04 a seguir, a meta de 95% até 2024, certamente ainda não tenha sido alcançada até 2019.

Quadro 04 - Aprovação, Reprovação, Abandono e Distorção Série-Idade no Ensino Fundamental do município de Arroio Trinta – 2018 e 2019

Indicador	Anos Iniciais			Anos Finais			Ensino Fundamental	
	2018	2019		2018	2019		2018	2019
		Total	5º Ano		Total	9º Ano		
Aprovação	97,6%	96,8%	100%	93,5%	95,4%	97,0%	95,7%	96,1%
Reprovação	2,4%	3,2%	0,0%	6,5%	4,6%	3,0%	4,3%	3,9%
Abandono	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Distorção Idade-série	5,8%	5,0%	3,3%	16,6%	20,9%	16,1%	10,9%	12,7%

Fonte: Indicadores Educacionais do Censo da Educação Básica 2018 e 2019

No tocante às estratégias do Ensino Fundamental, em sua maioria de caráter contínuo (anual) e, em constante desenvolvimento, apenas a estratégia 2.11 foi considerada como não executada, conforme argumentação expressa no quadro das estratégias que segue.

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 2

META 02 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
2.1 Atender as prerrogativas da proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos do ensino fundamental, após regulamentação pelo CNE.	Até 2020	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Realizada por meio da nova BNCC, cujas diretrizes curriculares foram construídas em âmbito regional, por meio do Colegiado de Educação da AMARP em 2018/2019.			
2.2 Pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental.	Até 2020	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Realizada por meio da nova BNCC, cujas diretrizes curriculares foram construídas em âmbito regional, por meio do Colegiado de Educação da AMARP em 2018/2019.			
2.3 Manter e criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental.	Anual	PA-2010: 1118/1119	Realizada	Sim
	Observações: - É oferecido acompanhamento pedagógico no contraturno escolar para os alunos dos Anos Iniciais.			
2.4 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando estabelecer condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.	Anual	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Realizada por meio do acompanhamento diário da frequência escolar, pelo Projeto Presença e demais ações da Rede de Proteção Social local.			
2.5 Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.	Anual	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Realizada por meio do Projeto Presença e da parceria com a SMSAS (Agentes Comunitárias de Saúde) e Conselho Tutelar.			
2.6 Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.	Anual	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Não há necessidade de flexibilização do calendário escolar, além de pequenos ajustes realizados em função de atividades culturais tradicionais do município, realizadas no mês de julho (<i>Festivité All Italiana</i>).			
2.7 Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.	Anual	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Há oferta de diversas oficinas esportivas e culturais junto ao CRAS, Departamento de Cultura e Esportes e Secretaria da Saúde.			
2.8 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.	Anual	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Realizada de forma contínua, sob autonomia de cada unidade escolar.			
2.9 Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais.	Anual	Não contemplada	Realizada.	Sim
	Observações: - Realizada de acordo com o empenho da escola e especialmente dos professores, nas Olimpíadas: OBMEP, Olimpíada de Língua Portuguesa, OBA...			

META 02 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
2.10 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional.	Anual	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - As habilidades esportivas são realizadas de acordo com a faixa etária de atendimento escolar, dentro das atividades curriculares da disciplina de Educação Física e, ainda, os alunos dispõem de acesso às escolinhas de práticas desportivas oferecidas pelo Departamento Municipal de Esportes.			
2.11 Implantar e manter o PNOA-Programa Estadual de Novas Oportunidades de Aprendizagem, nos Anos Finais, como estratégia para melhoria das aprendizagens e do fluxo escolar.	Anual	Não se aplica	Não iniciada	Não
	Observações: - Programa extinto pelo órgão responsável.			
2.12 Estudar estratégias capazes de minimizar os efeitos negativos no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, de famílias itinerantes.	2016	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Não há problemas acentuados de famílias itinerantes no município que requeira a adoção de ação tão específica. Contudo, há casos de fluxo contínuo de famílias que trabalham no setor de fomento agropecuário (suinocultura e avicultura), que requer atenção das escolas nesse sentido.			
2.13 Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, material escolar, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, visando à inclusão das diferentes etnias.	Anual	PA-1064: 1101, 1132 e 1162; PA-2010: 1101, 1119, 1136 e 1137	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Quanto ao transporte escolar, o mesmo já está institucionalizado e sendo operacionalizado adequadamente. Em relação ao material escolar, a Rede Municipal dedica atenção especial, com oferta de livros de Sistema de Ensino; - Quanto ao laboratório didático e biblioteca informatizada, estes necessitam de aprimoramentos.			
2.14 Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região.	Anual	PA-2009: 1100 e 1137	Realizada	Sim
	Observações: - A qualidade da merenda escolar oferecida é de ótima qualidade e atende as condicionantes estabelecidas. O município cumpre a meta da aquisição de produtos da agricultura familiar.			
2.15 Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social.	Anual	PA-2010: 1101, 1118, 1119 e 1136	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Apesar das melhorias já realizadas na acessibilidade arquitetônica, isso tem sido motivo de preocupação constante, para que as deficiências de acessibilidade, em espaços específicos e mais antigos, possam ser resolvidos.			
2.16 Estudar alternativas que minimizem as perdas financeiras relativas ao FUNDEB, pelo município.	Até 2024	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - A principal estratégia empregada pelo município nesse sentido, tem sido o empenho na ampliação da oferta na Educação Infantil, tanto na matrícula de 0 a 3 anos, quanto na modalidade de atendimento em tempo integral. A possibilidade de ampliar a atuação da Rede Municipal de Ensino, também nos Anos Finais, é complexa e necessita ser muito bem pensada. Contudo, com a constitucionalização do Fundeb ocorrida em 2020, há espaço para ampliar esse debate.			
2.17 Rever em regime de colaboração, os valores per capita aluno do PNATE e PNAE e, dos convênios com o Estado relativos ao transporte escolar.	2016	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Mesmo não havendo participação do município de forma direta na definição dos valores per capita do PNAE e PNATE e do convênio do transporte escolar com o estado, houve pequenos reajustes.			

3.3 META DO ENSINO MÉDIO

Meta 3 – Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio regular para 90%.

O atendimento escolar da população dos 15 aos 17 anos é o que apresenta maior distorção em relação aos indicadores apurados e, aparentemente, se mostra muito negativo, porém, há que se considerar o crescimento da oferta regional e a procura por matrículas no Ensino Profissionalizante de Nível Médio fora do município, o qual vem crescendo consideravelmente nos últimos anos em razão da oferta regional e apoio da prefeitura com o transporte intermunicipal gratuito. Entendendo que universalizar "está associado à igualdade de direitos, possuir direitos, benefícios e inserção nos programas de atendimento das políticas públicas", o município acredita que atingiu esta meta, conforme argumentações apresentadas na Nota Técnica nº 005/2020/PME, do Indicador 3A, apresentada no Item 5.5 dos Anexos.

Quanto ao Indicador 3B, da taxa líquida de matrículas no ensino médio regular de 90%, a ser atingida até 2024, o único dado disponível corresponde ao da Pnad, ainda de 2013, com percentual de 60,5%. Não há coleta de dados locais para aferir tal informação.

QUADRO DO INDICADOR 3A

META 3	Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio regular para 90%.										
INDICADOR 3A	<i>Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou concluiu a educação básica.</i>										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista		100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	SIM
Meta executada no período (dado oficial PNE em Movimento)	86,9% Pnad/13	SI	SI	SI	SI						
Meta executada no período (dado extraoficial – Censo EB e Pop. Est. IBGE)	60,9%	57,4%	49,7%	46,9%	43,4%						
Meta executada no período (dado extraoficial – SME)	-	-	-	-	-						

Obs: SI – Sem Informação

QUADRO DO INDICADOR 3B

META 3	Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio regular para 90%.										
INDICADOR 3B	<i>Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa.</i>										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista										90%	SIM
Meta executada no período (dado oficial PNE em Movimento)	60,5% Pnad/13	SI	SI	SI	SI						
Meta executada no período (dado extraoficial – SME)	-	-	-	-	-						

Obs: SI – Sem Informação

DEMAIS CONSIDERAÇÕES E APONTAMENTOS DA META DO ENSINO MÉDIO

A oferta do Ensino Médio local está a cargo da Rede Estadual de Ensino, a qual oferece o Ensino Médio Parcial, Inovador/Integral e o Técnico Profissionalizante de Magistério.

Em relação ao Ensino Médio é importante destacar que em função da proximidade com a cidade de Videira (polo regional) e, de haver oferta de transporte intermunicipal gratuito no período diurno para o Ensino Médio no IFC e Colégio Superação, aproximadamente 25 alunos foram atendidos em 2019, bem como 2 alunos no Colégio Agrícola de Água Doce, com transporte samanal. Tal condição prejudica os indicadores de atendimento local em função de os alunos residirem no município, porém, suas matrículas serem computadas em outro(s), situação que acaba interferindo negativamente e resulta na progressiva redução do percentual de atendimento da população dos 15 aos 17 anos, conforme Quadro 05 abaixo, bem como pela imprecisão da população estimada na faixa etária considerada.

Quadro 05 - Número de matrículas atendidas no município de Arroio Trinta, na faixa etária dos 15 aos 17 anos de idade, por Modalidade de Ensino – Ensino Regular e/ou Educação Especial de 2015 a 2019

Ano	População 15 aos 17 anos (estimativa para o período)	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	Total	Atendimento estimativa
2015	197	-	11	109	120	60,9%
2016	197	1	12	100	113	57,4%
2017	197	-	18	80	98	49,7%
2018	196	-	13	79	92	46,9%
2019	196	-	15	70	85	43,4%

Fonte: INEP - Censo da Educação Básica 2015 a 2019 e Estimativa Populacional IBGE/Nota Técnica nº 001/2020/PME

Além dos argumentos apresentados, é inegável que parte da redução da matrícula no Ensino Médio local, dos alunos dos 15 aos 17 anos, está diretamente ligada à resistência dos alunos em fazer o Ensino Médio Inovador em tempo integral e pela não oferta de Ensino Médio noturno em todas as séries, situações que conflitam com o interesse/necessidade, da população nessa faixa etária, em trabalhar.

No tocante ao Indicador 3B, do percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio ou possui educação básica completa, não há estudos/pesquisa local para aferição de tais informações, em que, o único dado oficial corresponde ao da Pnad 2013, com percentual de 60,5%. Atenta-se ao fato de que, além da universalização do atendimento, se faz necessário trabalhar as taxas de produtividade escolar (aprovação, reprovação, abandono e distorção série-idade), para que o referido indicador possa ser alcançado. Porém, com a distorção série-idade resultante dos Anos Finais do Ensino Fundamental em 20,9%, somada a distorção total no Ensino Médio de 22,8% em 2019 e de 31,8% na 3ª Série (ver Quadro 06 abaixo), a meta de 90% para 2024, certamente não foi alcançada até 2019. Porém, há que se levar em consideração o fato de o município oferecer matrícula no Ensino Médio-Profissional Magistério, que atende demanda de pessoas adultas, com idade superior a 18 anos, o que acaba afetando a distorção série-idade apurada no Censo da Educação Básica pelo INEP.

Quadro 06 - Aprovação, Reprovação, Abandono e Distorção Série-Idade nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio do município de Arroio Trinta – 2018 e 2019

Indicador	Anos Finais			Ensino Médio		
	2018	2019		2018	2019	
		Total	9º Ano		Total	3ª Série
Aprovação	93,5%	93,5%	93,5%	92,6%	84,6%	73,3%
Reprovação	6,5%	6,5%	6,5%	2,5%	3,8%	6,7%
Abandono	0,0%	0,0%	0,0%	4,9%	11,6%	20,0%
Distorção Idade-série	16,6%	20,9%	16,1%	16,6%	22,8%	31,8%

Fonte: Indicadores Educacionais do Censo da Educação Básica 2018 e 2019

Avaliando as estratégias da Meta do Ensino Médio, apenas a estratégia 3.7 ficou com status de não iniciada, em razão de haver resistência da Rede Estadual de Ensino em atender o que se busca por meio da mesma, conforme consta no quadro a seguir.

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 3

META 03 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
3.1 Apoiar e viabilizar os programas nacional e estadual de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.	Até 2024	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - A renovação do Ensino Médio está sendo trabalhada continuamente pela Rede Estadual de Ensino. - Ao município cabe prestar serviços do transporte escolar, por meio de convênio anual com o estado, para atender demanda a partir de mudanças implementadas com a renovação do ensino médio.			
3.2 Apoiar a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar.	Anual	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - A Escola Estadual é bem participativa nas atividades culturais do município e dispõe de ginásio de esportes para as práticas desportivas que fazem parte dos componentes curriculares.			
3.3 Contribuir com a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.	Anual	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Oferta anual do transporte gratuito para realização da Prova do ENEM.			
3.4 Apoiar a expansão das matrículas de ensino médio integrado à educação profissional, em nível regional e do magistério em nível local.	Até 2024	PA-2012: 1101	Realizada	Sim
	Observações: - A Escola Estadual local está promovendo adequação ao novo ensino médio; - Há oferta do transporte intermunicipal gratuito para IFC e SENAI de Videira.			
3.5 Apoiar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude.	Anual	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - A frequência escolar é realizada de forma contínua, por meio de registro diário, bem como bimestralmente Projeto Presença e demais ações da Rede de Proteção Social local; - Não há registro da desistência ou infrequência de aluno por discriminação e outras práticas abusivas.			
3.6 Promover a busca ativa da população de 15 a 17 anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.	Anual	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Realizada em parceria com a Rede de Proteção Social.			

META 03 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
3.7 Estudar em conjunto com a Rede Estadual e a comunidade, a possibilidade de manter a oferta de ensino médio noturno, de forma a atender a demanda com necessidades específicas dos alunos e/ou família.	2016	Não se aplica	Não iniciada	Não
	Observações: - Há resistências por parte do órgão responsável pelo Ensino Médio local, na oferta do Ensino Médio noturno em todas as séries.			
3.8 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.	Anual	PA-2012: 1101	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Estratégia de responsabilidade da Escola Estadual.			
3.9 Rever em regime de colaboração, os valores per capita aluno do PNATE e dos convênios com o Estado relativos ao transporte escolar.	2016	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Mesmo não havendo participação do município de forma direta na definição dos valores per capita do PNATE e do convênio do transporte escolar com o estado, houve pequenos reajustes nos valores.			

3.4 META DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - INCLUSÃO

Meta 4 – Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Considerando o dado oficial da Plataforma do PNE em Movimento, que aponta para 2015 o atendimento de 100% dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em classes comuns e, de que os serviços aos alunos nessa condição têm melhorado com a passar dos anos, a Equipe Técnica do PME e a Secretaria Municipal de Educação consideram que a universalização desse atendimento está consolidada nos demais anos decorridos do presente Plano Decenal.

QUADRO DO INDICADOR 4A

META 4	Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.										
INDICADOR 4A	<i>Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequenta a escola.</i>										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista		100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	SIM
Meta executada no período <small>(dado ofic. PNE Mov.)</small>	100%	SI	SI	SI	SI						
Meta executada no período <small>(dado extraoficial – SME)</small>	-	100%	100%	100%	100%						

Obs: SI – Sem Informação

QUADRO DO INDICADOR 4B

META 2	Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.										
INDICADOR 2B	<i>Percentual de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TDG e altas habilidades ou superdotação que estudam em classes comuns da educação básica.</i>										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista		100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	SIM
Meta executada no período <small>(dado ofic. PNE Mov.)</small>	100%	SI	SI	SI	SI						
Meta executada no período <small>(dado extraoficial – SME)</small>	-	100%	100%	100%	100%						

Obs: SI – Sem Informação

DEMAIS CONSIDERAÇÕES E APONTAMENTOS DA META DA INCLUSÃO/DIVERSIDADE

Referente aos aspectos da Educação Inclusiva, além da universalização/acessibilidade, houve avanços nos últimos anos em que os alunos podem contar com ações voltadas para suas necessidades/especificidades, tanto na escola quanto socialmente. A melhor qualificação dos professores, adaptações curriculares, disponibilidade de profissionais auxiliares e oferta de serviços especializados (psicólogo, neurologista, psicopedagogo...), são fatores contributivos em prol da melhoria da qualidade dos serviços oferecidos a esses alunos.

Segundo dados do Censo da Educação Básica 2019 (Quadro 07 a seguir), haviam 9 alunos incluídos na Educação Básica, sendo 3 na Rede Estadual e 6 na Rede Municipal, distribuídos em todos os níveis de escolarização. A deficiência intelectual é a síndrome com maior incidência, em 55,6% dos casos.

A principal luta das Rede Municipal e Estadual de Ensino nesse sentido, é de que possam contar com a disponibilidade de Sala de AEE, para aprimorar ainda mais o atendimento oferecido aos alunos da inclusão.

Quadro 07 - Número de matrículas na Educação Especial em Classes Comuns no município de Arroio Trinta – Ensino Regular, por Rede e Etapa de Ensino – 2018 e 2019

Ano	Total de matrículas	Rede de Ensino		Etapa de escolaridade				
		Estadual	Municipal	Creche	Pré-escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio
2018	9	4	5	-	2	3	2	2
2019	9	3	6	-	1	5	2	1
Tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação ¹								
Ano	Baixa Visão	Surdez	Deficiência auditiva	Deficiência física	Deficiência intelectual	Deficiência múltipla	Síndrome Asperger	
2018	2	1	1	2	4	1	-	
2019	1	1	1	2	5	1	-	

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica 2018 e 2019

Nota: 1 - O mesmo aluno pode ter mais de um tipo de deficiência ou transtorno global do desenvolvimento

Entre as estratégias assumidas nesta meta, diversas não foram viabilizadas em função de estarem dentro do prazo de vigência para sua realização e, dependerem do regime de colaboração com a união e estado para que sejam efetivadas. Os argumentos estão descritos no quadro das estratégias a seguir.

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 4

META 04 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
4.1 Contabilizar, para fins do repasse do FUNDEB, as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado.	Anual	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Realizada por meio do Censo da Educação Básica anual, com inclusão de alunos com diagnóstico de AEE.			
4.2 Promover, no prazo de vigência deste plano, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 a 3 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.	Anual	PA-2016	Realizada	Sim
	Observações: - Alunos com necessidades especiais e que dependem do atendimento de Creche estão sendo atendidos.			

META 04 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
4.3 Implantar, implementar e manter ao longo deste plano, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas.	2015/2024	Não contemplada	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Apesar de não haver sala específica de AEE na Rede Municipal de Ensino, diversos serviços de atenção são oferecidos aos alunos nesta condição, bem como formação aos professores e/ou auxiliares de sala. Contudo, há necessidade de avanços nesse atendimento.			
4.4 Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno.	2015/2024	Não contemplada	Não iniciada	Não
	Observações: - O município não foi contemplado com sala de recursos multifuncionais (Sala de AEE); - Alunos em idade escolar, são assistidos de alguma forma pela Escola Especial (APAE), ou por meio de auxílio da Secretaria de Educação e da Saúde, com atendimento especializado fora do município, quando necessário.			
4.5 Estimular, em regime de colaboração, a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos professores da educação básica com os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.	2015/2024	Não contemplada	Não iniciada	Não
	Observações: - Pendente de implementação em regime de colaboração.			
4.6 Rever a infraestrutura física das unidades escolares do município em relação à acessibilidade aos alunos com deficiência e transtornos globais da aprendizagem.	2015/2024	PA-2010: 1132, 1136 e 1166; PA-2016 e 2053: 1101	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Apesar de ter havido algumas melhorias, há necessidade de outros melhoramentos.			
4.7 Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva.	2015/2024	Não contemplada	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Apesar de ter havido algumas melhorias, há necessidade de outros melhoramentos.			
4.8 Usufruir de programas a serem oferecidos pelo MEC quanto à oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva de 0 a 17 anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, bem como na adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos.	2015/2024	Não contemplada	Não iniciada	Não
	Observações: - Pendente de implementação; - Não há no município nenhum aluno com tal necessidade.			
4.9 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.	2015/2024	PA-2010, 2016 e 2053: 1119 e 1136	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Apesar do município não dispor de Sala de AEE, o mesmo vem desenvolvendo trabalhos de acompanhamento e monitoramento aos alunos com necessidades especiais.			

META 04 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
4.10 Promover a articulação entre órgãos, Unidades Escolares e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver ações voltadas à continuidade do atendimento escolar em todos os níveis de ensino.	2015/2024	Não se aplica	Em desenvolv	Sim
Observações: - Articulação assegurada por meio da Rede de Proteção Social.				
4.11 Viabilizar a criação de uma equipe multiprofissional para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.	2015/2024	Não contemplada	Não iniciada	Não
Observações: - Apesar de haver alguns profissionais no quadro, não há uma equipe multiprofissional criada especificamente para este fim, em razão da baixa demanda.				
4.12 Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.	2015/2024	Não se aplica	Não iniciada	Não
Observações: - Não viabilizada por ser de competência do estado, união e iniciativa privada.				
4.13 Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando à formação continuada, produção de materiais didáticos acessível e ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculadas nas redes públicas de ensino.	2015/2024	PA-2014: 1101	Em desenvolv.	Sim
Observações: - Nos anos de 2018 e 2019 foi realizado os estudos das diretrizes curriculares da educação especial regional, pelo Colegiado de Educação da AMARP; - Há oferta de formação continuada para psicopedagoga e psicóloga.				
4.14 Incentivar a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.	Anual	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
Observações: - Houve avanços significativos, nos últimos anos, nas concepções de um sistema educacional realmente inclusivo.				
4.15 Reforçar pedido junto ao MEC e de cadastramento no Educacenso, para liberação da Sala de AEE Tipo I.	2015	Não se aplica	Não iniciada	Não
Observações: - Não houve abertura do MEC quanto a oferta de Salas de AEE para a Rede Municipal de Ensino.				
4.16 Regulamentar, dentro dos critérios estabelecidos pelo MEC, a função e a oferta do 2º Professor e/ou Auxiliar, no ensino regular.	2016	Não se aplica	Não iniciada	Não
Observações: - Pendente de regulamentação.				
4.17 Manter a participação do município nas formações relativas à inclusão, no Polo Regional do SECADI.	Anual	Não se aplica	Não iniciada	Não
Observações: - Polo regional de SECADI não está operante nos últimos anos.				

3.5 META DA ALFABETIZAÇÃO INFANTIL

Meta 5 – Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até os 8 anos de idade no ensino fundamental.

A Rede Municipal de Ensino é a única que atua nos anos iniciais, sendo responsável pelo ciclo de alfabetização. A qualidade do processo de alfabetização é confirmada pelo elevado índice histórico de aprovação dos alunos do 1º ao 5º Ano, o qual tem ficado acima de 96% nos últimos dois anos (97,6% em 2018 e 96,8% em 2019), bem como pelo excelente desempenho aferido no IDEB nos Anos Iniciais, com superação da meta projetada em todas as etapas de aplicação da avaliação externa do SAEB.

Considerando a avaliação da Prova ANA-Avaliação Nacional de Alfabetização, não houve aplicação da mesma no ano de 2018, razão pela qual os indicadores 5A, 5B e 5C, de Leitura, Escrita e Matemática, correspondem aos de 2014 e 2016. Nesse sentido, cabe pontuar que a meta de zerar os níveis mais baixos de proficiência em cada um dos indicadores até 2024, ainda não foi alcançada pelo município.

QUADRO DO INDICADOR 5A

META 5	Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até os 8 anos de idade no ensino fundamental.											
INDICADOR 5A	Estudantes com proficiência insuficiente em Leitura (nível 1 da escala de proficiência)											
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO	
Meta prevista										0,0%	NÃO	
Meta executada no período (dado oficial PNE Mov.)–Prova ANA	6,67% ANA/14	5,41%		-								
Meta executada no período (dado extraoficial – SME)	-	-	-	-	-							

QUADRO DO INDICADOR 5B

META 5	Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até os 8 anos de idade no ensino fundamental.											
INDICADOR 5B	Estudantes com proficiência insuficiente em Escrita (níveis 1, 2 e 3 da escala de proficiência)											
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO	
Meta prevista										0,0%	NÃO	
Meta executada no período (dado oficial PNE Mov.)–Prova ANA	10,0% ANA/14	8,11%		-								
Meta executada no período (dado extraoficial – SME)	-	-	-	-	-							

QUADRO DO INDICADOR 5C

META 5	Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até os 8 anos de idade no ensino fundamental.											
INDICADOR 5C	Estudantes com proficiência insuficiente em Matemática (níveis 1 e 2 da escala de proficiência)											
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO	
Meta prevista										0,0%	NÃO	
Meta executada no período (dado oficial PNE Mov.)–Prova ANA	33,3% ANA/14	30,56%		-								
Meta executada no período (dado extraoficial – SME)	-	-	-	-	-							

DEMAIS CONSIDERAÇÕES E APONTAMENTOS DA META DA ALFABETIZAÇÃO INFANTIL

A alfabetização infantil vem apresentando ótimos resultados nas avaliações externas da Prova ANA/INEP.

O município sempre participou das formações oferecidas pelo MEC ou viabilizadas pelo Colegiado de Educação da Associação dos Municípios – AMARP, como: PROFA, Proletramento e mais recentemente o PNAIC. Outro fator contributivo consiste na utilização do Sistema de Ensino do SEFE-Sistema Família Escola adotado há muitos anos, o qual, além do material didático, garante formação continuada aos professores, com ênfase no processo de alfabetização.

Cabe destacar que o desafio na alfabetização proposto a partir da avaliação da Prova ANA, consiste em zerar os níveis de menor proficiência em Leitura (N1), Escrita (N1, 2 e 3) e Matemática (N1 e 2), conforme se observa no Quadro 08 abaixo. Para o município, o maior desafio é melhorar a proficiência em matemática, cujo residual a ser zerado até 2024 corresponde a 30,56% dos alunos avaliados em 2016.

Quadro 08 - Resultados da Proficiência na Prova SAEB/ANA – Arroio Trinta 2014 e 2016

Aspecto	Ano	Nível 1	Nível 2	Nível3	Nível 4	Nível 5 (só p/ escrita)
Leitura	2014	6,67%	23,33%	46,67%	23,33%	
	2016	5,41%	21,62%	29,73%	43,24%	
Escrita	2014	3,33%	0,00%	6,67%	73,33%	16,67%
	2016	0,00%	8,11%	0,00%	56,76%	35,14%
Matemática	2014	3,03%	30,30%	24,24%	42,42%	
	2016	5,56%	25,00%	16,67%	52,78%	

Fonte: Saeb/ANA-Inep

Entre as estratégias da Meta da Alfabetização Infantil, apenas a 5.1 que se refere à continuidade do PNAIC, apresenta status de não iniciada, em razão de problemas decorrentes da parte do governo federal/MEC.

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 5

META 05 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
5.1 Apoiar e dar continuidade ao PNAIC durante seu período de vigência e aderir a outros programas de formação continuada criados pelo MEC.	2015/2024	Não contemplada	Não iniciada	Não
	Observações: - O município não fez adesão ao PNAIC no período corrente, em razão do programa não atender a sua proposta original.			
5.2 Participar com efetividade do processo de avaliação da alfabetização (ANA).	2015/2024	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - A Rede Municipal participou das duas únicas edições da avaliação externa da Prova ANA de 2014 e 2016.			
5.3 Garantir a permanência dos professores alfabetizadores no ciclo de alfabetização.	Anual	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Tradicionalmente a Rede Municipal de Ensino mantém o vínculo dos pedagogos, que tenham maior afinidade com o ciclo de alfabetização.			

META 05 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
5.4 Usufruir do desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.	2015/2024	PA-2010: 1119 e 1136	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Sempre que possível, a Secretaria de Educação oferece práticas pedagógicas inovadoras na alfabetização, principalmente nas formações oferecidas pelo Sistema de Ensino que adota há vários anos.			
5.5 Monitorar e criar estratégias de alfabetização de crianças de populações itinerantes, com efetivo diagnóstico individualizado de suas competências e habilidades, por equipe especializada, com envolvimento da família.	Anual	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Não há demanda para esse tipo de público alvo, mas se houver, as escolas estão preparadas.			
5.6 Incentivar a busca pela formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação lato sensu e stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização.	Anual	PA-2010: 1119 e 1136	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Não há demanda para formação inicial nesta área; - O município oferece formação continuada anualmente aos seus professores.			
5.7 Alinhar as ações didático-pedagógicas da Pré-escola às do ciclo de alfabetização e vice-versa, como meio de favorecer o desempenho global no ciclo de alfabetização.	Anual	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Há consonância entre a prática didático-pedagógica e as diretrizes curriculares da Educação Infantil e do ciclo de alfabetização, capazes de garantir a interação de ações.			
5.8 Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.	Anual	PA-2010: 1118, 1119 e 1136	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Apesar de não haver demanda nesse sentido, os possíveis casos que possam surgir, contarão com a devida atenção.			
5.9 Criar programa municipal de incentivo à Leitura e apoiar outras iniciativas nesse aspecto.	Anual	PA-2010: 1101, 1119 e 1136	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - O incentivo à leitura é inerente ao processo de alfabetização e sua prática é cotidiana na Rede Municipal, porém, não há um programa específico.			

3.6 META DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Meta 6 – Manter e ampliar a oferta de educação em tempo integral, em regime de colaboração, junto às escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 50% dos alunos da educação básica.

Considerando os dados oficiais apurados sobre a oferta de educação em tempo integral, por meio do Censo da Educação Básico do INEP, é possível observar no Quadro do Indicador 6A a seguir, que tal oferta oscilou positivamente até 2017 e declinou em 2018 e 2019, chegando à condição de não atendimento da meta na última apuração, em ambos os parâmetros de referência, ou seja: de 50% no PME e 25% no PNE/PEE a ser alcançado até o final da vigência dos planos.

Em relação ao Indicador 6B, das unidades escolares que oferecem educação em tempo integral, a meta de 50% até 2024 (estabelecida no PNE e não no PME), já vinha sendo consolidada desde o início do Plano Decenal em que das três unidades escolares existentes no município, duas atendem em tempo integral: Creche Municipal e Escola Estadual.

QUADRO DO INDICADOR 6A

META 6	Manter e ampliar a oferta de educação em tempo integral, em regime de colaboração, junto às escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 50% dos alunos da educação básica.										
INDICADOR 6A	<i>Percentual de alunos da educação básica pública em tempo integral.</i>										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista										50% PME (25% PNE)	NÃO
Meta executada no período (dado oficial – PNE em Movimento)	29,7%	-	46,1%	-	-						
Meta executada no período (dado oficial – Censo Educação Básica)	29,7%	34,6%	45,9%	27,4%	23,9%						

QUADRO DO INDICADOR 6B

META 6	Manter e ampliar a oferta de educação em tempo integral, em regime de colaboração, junto às escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 50% dos alunos da educação básica.										
INDICADOR 6B	<i>Percentual de escolas públicas com ao menos um aluno que permanece no mínimo 7 horas diárias atividades escolares.</i>										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista										50%	SIM
Meta executada no período (dado oficial – PNE em Movimento)	100%	-	66,7%	-	-						
Meta executada no período (dado oficial – Censo Educação Básica)		66,7%	66,7%	66,7%	66,7%						

DEMAIS CONSIDERAÇÕES E APONTAMENTOS DA META DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

A oscilação na oferta da educação em tempo integral na educação básica do município teve seu declínio entre os anos de 2017 e 2018, cuja oferta existente nos Anos Finais do Ensino Fundamental da Rede Estadual de Ensino, deixou de ser oferecida, conforme se observa no Quadro 09 abaixo. O maior

percentual de atendimento ocorreu em 2017 (45,9%) e o menor, na série apresentada, ocorreu em 2019, com 23,9%, 1,1% abaixo da meta de 25% estabelecido no PNE/PEE e 26,1% abaixo da meta local para ser atingida até 2024. Tal situação ficou configurada em razão do declínio e inconstância dos recursos oferecidos pelo governo federal no financiamento dos programas de educação em tempo integral.

As etapas que mantém a oferta de educação em tempo integral são: Educação Infantil (Creche e Pré-escola), com 64,2% dos alunos; Ensino Médio (Ensino Médio Inovador) com 35,8% dos alunos.

Quadro 09 - Número de matrículas em Tempo Integral na Rede Pública de Arroio Trinta – Ensino Regular, por Etapa de Ensino – 2015 a 2019

Ano	Matrícula Total	Matrícula em tempo integral por Etapa						Atendimento em tempo integral
		Creche	Pré-escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	Total	
2015	698	42	46	47	14	58	207	29,7%
2016	618	34	53	0	37	90	214	34,6%
2017	603	35	52	0	120	70	277	45,9%
2018	610	38	47	0	0	82	167	27,4%
2019	573	33	55	0	0	49	137	23,9%

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica 2015 a 2019

As estratégias da meta da Educação em Tempo Integral apresentam, em sua maioria, prazo de vigência até o final do plano decenal para que sejam efetivamente implementadas. Contudo, apenas a estratégia 6.2 foi considerada com status de não iniciada, conforme argumentos apresentados no quadro das estratégias a seguir.

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 6

META 06 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
6.1 Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 horas diárias durante todo o ano letivo.	2015/2024	PA-2016 e 2053: 1118 e 1119	Em desenvolv.	Em parte
	Observações: - Por não ser município prioritário, não houve possibilidade de adesão aos Programas de Escola em Tempo Integral (Mais Educação), no Ensino Fundamental da Rede Municipal e Estadual de Ensino no período em questão; - Apenas a Educação Infantil e o Ensino Médio oferecem tal modalidade de atendimento.			
6.2 Viabilizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.	2015/2024	PA-2010: 1132	Não iniciada	Não
	Observações: - Pendentes de serem contempladas no Plano de Ações Articuladas (PAR) do FNDE.			

META 06 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
6.3 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários e outros.	2015/2024	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Os alunos das escolas são contemplados nas escolinhas esportivas do Departamento de Esportes e atividades culturais oferecidas na Cultura. - Visitas de campo com alunos das escolas são programadas em conformidade com os componentes curriculares, para visita em bibliotecas, museus, cinema, ambientes naturais e outros.			
6.4 Oferecer a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 a 17 anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.	2015/2024	Não contemplada	Realizada	Sim
	Observações: - Esse atendimento é realizado nas unidades escolares e etapas de escolaridade em que há oferta de educação integral.			
6.5 Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.	2015/2024	Não contemplada	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Esse atendimento é realizado nas unidades escolares e etapas de escolaridade em que há oferta de educação integral.			
6.6 Melhorar a logística do transporte escolar, em regime de colaboração, visando atender a demanda da educação em período integral.	2015/2024	PA-1064: 1101, 1132 e 1162; PA-2010: 1162 e 1137	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - A oferta de transporte escolar já está institucionalizada e devidamente estruturada no município, com veículos próprios e terceirizados, os quais sofrem manutenção constante e são renovados conforme necessidade/depreciação.			
6.7 Buscar junto à União, o incremento dos valores per capita da merenda escolar para melhor atender os alunos da educação integral.	2015/2024	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - De acordo com o enquadramento dos alunos no Censo da Educação Básica anual, os valores per capita aluno do PNAE são repassados.			
6.8 Criar mecanismos que possibilitem a contratação de profissionais habilitados para atender as oficinas da educação em tempo integral.	2015/2024	Não contemplada	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Na Educação Infantil as crianças em tempo integral são atendidas dentro da proposta pedagógica e de socialização da instituição e, não necessariamente, em oficinas. - Em 2018 e 2019 não houve oferta de educação integral no Ensino Fundamental; - No Ensino Médio Inovador, as oficinas são estruturadas de acordo com o planejamento da escola e o respectivo repasse de recursos do FNDE, com previsão do profissional que irá atuar.			

3.7 META DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Meta 7 – Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias do Ideb para o município:

Etapa	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais – Rede Municipal	5,6	5,8	6,1	6,4
Anos Finais – Rede Estadual	5,4	5,7	5,9	6,1

A qualidade da educação básica no município, referenciada nas avaliações externas do SAEB/INEP, demonstram a partir dos resultados do IDEB, que a Rede Municipal de Ensino, responsável pelos Anos Iniciais, conseguiu superar as metas projetadas para o Indicador 7A em todas as etapas avaliadas. Considerando os resultados nas demais etapas, de responsabilidade da Rede Estadual de Ensino, as metas projetadas para os Anos Finais do Ensino Fundamental (Indicador 7B), apesar de não terem sido alcançadas, sempre ficaram muito próximas da meta. O Ensino Médio passou a ser avaliado a partir de 2017, tendo como resultado inicial o IDEB de 3,9, projetando a meta de 4,2 para ser atingida em 2019 (Indicador 7C), a qual foi alcançada na exata proporção.

QUADRO DO INDICADOR 7A

META 7	Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias do Ideb para o município:																									
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Etapa</th> <th>2015</th> <th>2017</th> <th>2019</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Anos Iniciais – Rede Municipal</td> <td>5,6</td> <td>5,8</td> <td>6,1</td> <td>6,4</td> </tr> <tr> <td>Anos Finais – Rede Estadual</td> <td>5,4</td> <td>5,7</td> <td>5,9</td> <td>6,1</td> </tr> </tbody> </table>										Etapa	2015	2017	2019	2021	Anos Iniciais – Rede Municipal	5,6	5,8	6,1	6,4	Anos Finais – Rede Estadual	5,4	5,7	5,9	6,1	
	Etapa	2015	2017	2019	2021																					
	Anos Iniciais – Rede Municipal	5,6	5,8	6,1	6,4																					
Anos Finais – Rede Estadual	5,4	5,7	5,9	6,1																						
INDICADOR 7A																										
<i>Média do Ideb nos anos iniciais do ensino fundamental (Rede Municipal)</i>																										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO															
Meta prevista – Rede Munic.	5,9		6,2		6,4		6,7				SIM															
Meta executada no período (dado oficial - INEP)	7,0		7,0		7,0																					

QUADRO DO INDICADOR 7B

META 7	Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias do Ideb para o município:																									
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Etapa</th> <th>2015</th> <th>2017</th> <th>2019</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Anos Iniciais – Rede Municipal</td> <td>5,6</td> <td>5,8</td> <td>6,1</td> <td>6,4</td> </tr> <tr> <td>Anos Finais – Rede Estadual</td> <td>5,4</td> <td>5,7</td> <td>5,9</td> <td>6,1</td> </tr> </tbody> </table>										Etapa	2015	2017	2019	2021	Anos Iniciais – Rede Municipal	5,6	5,8	6,1	6,4	Anos Finais – Rede Estadual	5,4	5,7	5,9	6,1	
	Etapa	2015	2017	2019	2021																					
	Anos Iniciais – Rede Municipal	5,6	5,8	6,1	6,4																					
Anos Finais – Rede Estadual	5,4	5,7	5,9	6,1																						
INDICADOR 7B																										
<i>Média do Ideb nos anos finais do ensino fundamental (Rede Estadual)</i>																										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO															
Meta prevista – Rede Pública	5,4		5,7		5,9		6,1				NÃO															
Meta executada no período (dado oficial - INEP)	5,3		5,5		5,7																					

QUADRO DO INDICADOR 7C

META 7	Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias do Ideb para o município:										
	Etapa		2015	2017	2019	2021					
	Anos Iniciais – Rede Municipal		5,6	5,8	6,1	6,4					
	Anos Finais – Rede Estadual		5,4	5,7	5,9	6,1					
INDICADOR 7C		<i>Média do Ideb do ensino médio (Rede Estadual)</i>									
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista – Rede Estadual	-		-		4,2		4,4				SIM
Meta executada no período (dado oficial - INEP)	-		3,9		4,2						

DEMAIS CONSIDERAÇÕES E APONTAMENTOS DA META DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

As metas projetadas e IDEB observados na série histórica, apresentada no Quadro 10 abaixo, evidencia para os Anos Iniciais, que a meta vem sendo superada em todas as edições das avaliações do SAEB, alcançando em 2019, 0,9 décimos acima da meta (7,0 de 6,1). Para os Anos Finais, os resultados ficaram sempre muito próximos da meta, com apenas 0,2 décimos abaixo em 2019 (5,7 de 5,9). Para o Ensino Médio, a meta de 4,2 projetada para 2019, foi alcançada exatamente no valor estabelecido.

Quadro 10 - Resultados e Metas projetadas para o IDEB das Redes Municipal e Estadual de Ensino – Arroio Trinta 2007/2021

Etapa	Ideb Observado							Metas Projetadas							
	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais (Rede Municipal)	4.9	5.8	6.5	5.9	7.0	7.0	7,0	4.3	4.6	5.0	5.3	5.6	5.8	6.1	6.4
Anos Finais (Rede Estadual)	4.5	5.1	5.0	5.0	5.3	5.5	5,7	4.2	4.4	4.7	5.1	5.4	5.7	5.9	6.1
Ensino Médio (Rede Estadual)						3.9	4,2							4.2	4.4

Fonte: INEP

Considerando as estratégias 7.2-A e 7.2-B do Plano Municipal de Educação, as quais estabelecem níveis “Suficiente e Desejável” de aprendizagem, a serem alcançados nas avaliações externas até o 5º e último ano de vigência do Plano Decenal, constata-se, por meio do Quadro 11 a seguir, que o nível suficiente de aprendizagem em 70% foi alcançado nas duas etapas do Ensino Fundamental, tanto em Português quanto em Matemática. O nível desejável de aprendizagem em 70%, só não foi alcançado em Matemática dos Anos Finais. Tais resultados demonstram a qualidade da educação oferecida no município, bem como os desafios em buscar melhorias no desempenho dos alunos.

Os resultados dos níveis de aprendizagem na Prova do SAEB/IDEB de 2019 ainda não foram divulgados.

Quadro 11 – Proficiência Educacional no Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Arroio Trinta - IDEB de 2015 e 2017

Período	Nível de aprendizado	Anos Iniciais - Resultado				Anos Finais - Resultado			
		Português		Matemática		Português		Matemática	
		2015	2017	2015	2017	2015	2017	2015	2017
5º Ano de vigência do PME (2020)	Suficiente em 70% (básico, profic. e avançado)	100%	98%	97%	100%	95%	98%	89%	84%
	Desejável em 50% (proficiente e avançado)	85%	86%	88%	74%	44%	67%	36%	24%
10º Ano de vigência do PME (2024)	Suficiente em 100% (básico, profic. e avançado)	-	-	-	-	-	-	-	-
	Desejável em 80% (proficiente e avançado)	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: QEdú/Inep para 2015 e 2017

A planilha a seguir, contendo as 27 estratégias da Meta 07, mostra o andamento das mesmas conforme os prazos estipulados para que sejam alcançadas, com as devidas argumentações. Ressalta-se que muitas estratégias, da qualidade na educação básica, dependem do regime de colaboração para que possam ser efetivamente executadas, não dependendo apenas do âmbito municipal. As estratégias consideradas com status de não iniciada foram: 7.8 – 7.14 – 7.15 – 7.22 – 7.23 – 7.24 – 7.25.

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 7

META 07 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
7.1 Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local.	2015/2024	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Tanto a Rede Municipal quanto a Rede Estadual de Ensino desenvolveram no período de 2018 e 2019 e possuem diretrizes curriculares que foram adequadas à nova BNCC.			
7.2.A Assegurar que: a) no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% dos alunos do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo e 50%, pelo menos, o nível desejável;	2020	Não se aplica	Em desenvolv.	Em parte
	Observações: - O nível de suficiente de aprendizagem de 70% em Língua Portuguesa e Matemática e desejável em 50% já foi alcançado para os Anos Iniciais, nos resultados do Ideb de 2017; - Para os Anos Finais o nível suficiente de aprendizagem também foi alcançado nas duas disciplinas, enquanto que o nível desejável foi alcançado apenas em português, no ano de 2017. Não foram publicados os níveis de aprendizado da avaliação do Ideb de 2019.			
7.2.B Assegurar que: b) no último ano de vigência deste PME, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo e 80%, pelo menos, o nível desejável.	2024	Não se aplica	Não iniciada	Não
	Observações: - Prazo estipulado para 2024.			

META 07 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
7.3 Apoiar, em colaboração entre a União, o Estado e Município, o conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.	2015/2024	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Em 2019, foi realizada avaliação institucional das escolas da Rede Municipal de Ensino, segundo modelo do MEC.			
7.4 Adotar os mecanismos de autoavaliação das escolas de educação básica, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo MEC.	2015/2024	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Pendente de implementação.			
7.5 Atualizar e monitorar o Plano de Ações Articuladas (PAR), dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.	2015/2024	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Plano de Ações Articuladas está continuamente sendo monitorado e alimentado e, de modo especial, a versão 2 em vigência.			
7.6 Apoiar o aprimoramento contínuo dos instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental e médio, de forma a englobar o ensino de ciências nos exames aplicados nos anos finais do ensino fundamental, e incorporar o Exame Nacional do Ensino Médio, assegurada a sua universalização, ao sistema de avaliação da educação básica, bem como apoiar o uso dos resultados das avaliações nacionais pelas escolas e redes de ensino para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas.	2015/2024	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - A Rede Municipal e Estadual de Ensino local participaram de todas as avaliações externas do SAEB/INEP, divulgando e utilizando os resultados do IDEB como reflexão da prática.			
7.7 Fixar, acompanhar e divulgar constantemente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do Ideb, relativos às escolas, às redes públicas de educação básica e aos sistemas de ensino da União, dos Estados e dos Municípios.	2015/2024	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - A Rede Municipal e Estadual de Ensino local participaram de todas as avaliações externas do SAEB/INEP, divulgando e utilizando os resultados do IDEB como reflexão da prática.			
7.8 Acompanhar o desempenho dos alunos da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA.	2015/2024	Não se aplica	Não iniciada	Não
	Observações: - O município nunca foi pesquisado no PISA.			
7.9 Incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.	2015/2024	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - As práticas pedagógicas sofrem inovações constantes, dentro das condições financeiras e técnicas de cada Rede de Ensino. Contudo, em relação ao fluxo escolar, há que se dar mais atenção aos índices de distorção série-idade nos Anos Finais e Ensino Médio.			
7.10 Garantir transporte gratuito para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações do INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União e Estado, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.	2015/2024	PA-1064: 1101, 1132 e 1162; PA-2010: 1162 e 1137	Realizada	Sim
	Observações: - O programa do transporte escolar está institucionalizado no município, atendendo a demanda na idade obrigatória para alunos da área rural. A frota pública e terceirizada dos veículos atende os aspectos de qualidade, cuja renovação ocorre conforme necessidade e apoio financeiro da união, do estado e recursos próprios.			

META 07 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
7.11 Melhorar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação, em regime de colaboração com a União.	2019	PA-2010 e 2053: 1101, 1119 e 1136	Em desenvolv.	Em parte
	Observações: - Todas as escolas tem acesso de banda larga, porém, a relação computador/aluno precisa ser melhorada.			
7.12 Auxiliar as unidades escolares na gestão e aplicação dos recursos oriundos das transferências diretas de recursos financeiros às escolas, repassadas pelo MEC, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos.	Anual	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Os recursos do PDDE são utilizados e geridos pelas unidades escolares, em parceria com a Associação de Pais e Professores.			
7.13 Aderir aos novos programas e ações de atendimento ao aluno, a serem implementadas pelo MEC, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.	2015/2024	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - O município é atendido pelos programas do PNLD, PNAE, PNATE e PSE.			
7.14 Pleitear, em regime de colaboração, o acesso a bens culturais e artísticos, equipamentos e laboratórios de ciências.	2015/2024	PA-2010: 1137	Não iniciada	Não
	Observações: - Dependência da oferta pela União.			
7.15 Prover, em regime de colaboração, equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet.	2015/2024	PA-2010: 1137	Não iniciada	Não
	Observações: - Dependência da oferta pela União.			
7.16 Aderir e participar, em regime de colaboração com os entes federados, no estabelecimento de parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino.	2015/2024	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - De acordo com os programas e projetos oferecidos pela União e do interesse do município em fazer adesão.			
7.17 Aderir aos programas da União, quanto à informatização da gestão das escolas públicas e da Secretaria de Educação, bem como de formação inicial e continuada para o pessoal técnico.	2015/2024	PA-2010: 1137	Realizada	Sim
	Observações: - As escolas e a Secretaria de Educação já dispõem de Sistema de Informatização da gestão escolar e da formação técnica necessária, executado com recursos próprios.			
7.18 Participar das políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade, em regime de colaboração.	Anual	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Por meio de parcerias com a Secretaria da Saúde e Assistência Social e da Rede de Proteção Social.			
7.19 Colaborar com as políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	Anual	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Mesmo não havendo casos de adolescentes e jovens em liberdade assistida nas escolas, há plena consciência dos compromissos que cada unidade escolar tem em relação a esse compromisso de ordem legal, contando para isso com o auxílio demais entidades/organizações da Rede de Proteção Social.			

META 07 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
7.20 Garantir nos currículos escolares, conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nos 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.	Anual	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Estratégia garantida nos componentes e diretrizes curriculares e projetos específicos.			
7.21 Promover, em regime de colaboração, a articulação dos programas da área da educação, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.	Anual	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Há parcerias intersetoriais por meio das entidades e organizações que compõem a Rede de Proteção Social Local.			
7.22 Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.	Anual	Não contemplada	Não iniciada	Não
	Observações: - Estratégia pendente de implementação.			
7.23 Promover, em regime de colaboração, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.	2015/2024	PA-2010: 1137	Não iniciada	Não
	Observações: - Apesar de o município receber livros do PNLD (didático-pedagógicos e de Literatura), não houve formação ou capacitação em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura.			
7.24 Instituir, em regime de colaboração, programa nacional de formação de professores e de alunos para promover e consolidar política de preservação da memória nacional, regional e local.	2015/2024	Não se aplica	Não iniciada	Não
	Observações: - Estratégia não oferecida pela união.			
7.25 Cobrar da União políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no Ideb, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.	Anual	Não se aplica	Não iniciada	Não
	Observações: - Não há uma política clara do governo federal em valorizar o desempenho dos municípios, frente a melhoria do seu desempenho no Ideb. Contudo, houve recentemente alguma sinalização do FNDE/MEC nesse sentido.			
7.26 Estruturar o planejamento das ações didático-pedagógicas das escolas públicas, frente aos resultados dos níveis de proficiência aferidos com as avaliações da ANA, Prova Brasil e ENEM.	Anual	PA-2010: 1101, 1119 e 1136	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Apesar de haver alguma atenção aos resultados das avaliações externas, faz-se necessário aprimorar os mecanismos de apropriação do diagnóstico resultante dessas avaliações e seu aproveitamento no planejamento didático-pedagógico, em todos os níveis da educação básica.			
7.27 Incentivar a Rede Estadual de Ensino local, a participar das políticas de melhoria da qualidade, previstas no Plano Estadual de Educação.	2015/2024	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Realizada pela própria Rede Estadual, por meio da coordenação regional.			

3.8 META DA ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE/DIVERSIDADE

Meta 8 – Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos e demais faixas etárias posteriores.

Em relação a Meta de elevar a escolaridade média da população adulta, não há dados oficiais disponíveis, porém, cabe destacar que a elevação da escolaridade para 12 anos ou mais, especialmente na faixa etária dos 18 a 29 anos, vem sendo gradativamente ampliada, em função da oferta da educação básica pública local regular, bem como pela oferta de transporte intermunicipal gratuito proporcionando acesso à centenas de alunos que acessam o Ensino Técnico Profissionalizante de Nível Médio, Ensino Superior e a modalidade da EJA, regionalmente (em 2019 o município atendeu aproximadamente 170 alunos no transporte intermunicipal).

Cabe manifestar a opinião em relação aos Indicadores da presente meta, de que segmentar tais indicadores em relação aos 25% mais pobres, a população negra e os residentes na área rural, não corresponde necessariamente à realidade local. Não há dados atuais para os respectivos indicadores.

QUADRO DO INDICADOR 8A

META 8	Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos e demais faixas etárias posteriores.										
INDICADOR 8A	<i>Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade.</i>										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR?
Meta prevista										≥12 anos	SI
Meta executada no período (dado oficial - PNE em Movimento)	SI	SI	SI	SI	SI						
Meta executada no período (dado extraoficial - SME)	-	-	-	-	-						

Obs: SI – Sem Informação

QUADRO DO INDICADOR 8B

META 8	Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos e demais faixas etárias posteriores.										
INDICADOR 8B	<i>Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade residente na área rural - Indicador não previsto no PME.</i>										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR?
Meta prevista										≥12 anos	SI
Meta executada no período (dado oficial - PNE em Movimento)	SI	SI	SI	SI	SI						
Meta executada no período (dado extraoficial - SME)	-	-	-	-	-						

Obs: SI – Sem Informação

QUADRO DO INDICADOR 8C

META 8	Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos e demais faixas etárias posteriores.										
INDICADOR 8C	<i>Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade pertencente aos 25% mais pobres (renda domiciliar per capita) - Indicador não previsto no PME.</i>										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR?
Meta prevista										≥12 anos	SI
Meta executada no período (dado oficial - PNE em Movimento)	SI	SI	SI	SI	SI						
Meta executada no período (dado extraoficial - SME)	-	-	-	-	-						

QUADRO DO INDICADOR 8D

META 8	Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos e demais faixas etárias posteriores.										
INDICADOR 8D	<i>Razão entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos - Indicador não previsto no PME.</i>										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR?
Meta prevista										100%	SI
Meta executada no período (dado oficial – PNE em Movimento)	SI	SI	SI	SI	SI						
Meta executada no período (dado extraoficial – SME)	-	-	-	-	-						

Obs: SI – Sem Informação

Entre as cinco estratégias da Meta 8, apenas duas (8.3 e 8.4) foram avaliadas como não iniciadas até o momento, conforme observa-se na planilha que segue.

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 8

META 08 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
8.1 Realizar diagnóstico do nível de formação da população adulta, com auxílio da SMSAS (agentes de saúde), com o objetivo de implementar ações que possibilitem atender a demanda manifesta e a melhor forma de atendê-los.	2015	Não se aplica	Concluída	Sim
	Observações: - O diagnóstico realizado apontou que a demanda apurada era muito reduzida e havia pouco interesse por parte do público alvo, em ser atendido. Mesmo assim, o município disponibilizava condições para que os interessados acessassem os níveis de formação desejado.			
8.2 Manter e ampliar a oferta de transporte escolar intermunicipal, de acordo com a capacidade físico/financeira do município, com o objetivo de atender a demanda pela formação da população adulta, nas modalidades da EJA, Ensino Profissionalizante/ Qualificação Profissional e Superior.	Anual	PA-2011: 1101	Realizada	Sim
	Observações: - O município oferece transporte intermunicipal gratuito para jovens e adultos que buscam dar continuidade aos estudos e, conseqüentemente, ampliar a quantidade média de escolarização da população.			
8.3 Pleitear junto ao Estado e União, participação nos custos do transporte escolar intermunicipal, em parceria com as representatividades da Amarp e Fecam.	Anual	Não se aplica	Não iniciada	Não
	Observações: - Não houve nenhuma iniciativa nesse sentido			
8.4 Divulgar, incentivar e garantir acesso no transporte escolar intermunicipal, para exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio.	Anual	PA-2011: 11101	Não iniciada	Não
	Observações: - Não houve demanda para esta estratégia.			
8.5 Formalizar parceria com a ACIAT, tendo em vista o incentivo para que a população adulta, com vínculo trabalhista nas empresas associadas, busque maior nível de formação.	Anual	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - De acordo com a demanda apresentada.			

3.9 META DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Meta 9 – Diminuir gradativamente a taxa de analfabetismo absoluto residual da população de 15 anos ou mais, bem como o analfabetismo funcional.

No município de Arroio Trinta, tanto o analfabetismo absoluto quanto o funcional vêm diminuindo sistematicamente, em razão das novas gerações terem mais acesso à educação que a população das faixas etárias mais elevadas. Os dados oficiais mais recentes são os do IBGE/PNAD 2013 em que a população de 15 anos ou mais alfabetizada, Indicador 9A, correspondia a 94,4% e o analfabetismo funcional, Indicador 9B, ficou no patamar de 27,9%.

Considerando que o município não assumiu literalmente o percentual de redução do analfabetismo no seu PME, a meta pretendida para o Brasil e estado consiste em reduzir as duas formas de analfabetismo em 50% até 2024. Sendo assim, o município precisaria alcançar até o final da vigência do Plano Decenal, a meta de 97,2% no Indicador 9A, da alfabetização absoluta, e reduzir para 13,9% o Indicador 9B, do analfabetismo funcional.

Mesmo sendo inegável que houve avanços consideráveis na alfabetização de jovens e adultos, na presente década, não há dados oficiais mais recentes que possam ratificar tal afirmação. Sendo necessário, para isso, a realização do novo Censo Decenal do IBGE, para que possamos aferir com maior precisão tais informações/indicadores.

QUADRO DO INDICADOR 9A

META 9	Diminuir gradativamente a taxa de analfabetismo absoluto residual da população de 15 anos ou mais, bem como o analfabetismo funcional.										
INDICADOR 9A	<i>Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.</i>										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista										97,2%	SI
Meta executada no período (dado oficial – PNE em Movimento)	94,4% PNAD/13	SI	SI	SI	SI						
Meta executada no período (dado extraoficial – SME)	-	-	-	-	-						

Obs: SI – Sem Informação

QUADRO DO INDICADOR 9B

META 9	Diminuir gradativamente a taxa de analfabetismo absoluto residual da população de 15 anos ou mais, bem como o analfabetismo funcional.										
INDICADOR 9B	<i>Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade.</i>										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista										13,9%	SI
Meta executada no período (dado oficial – PNE em Movimento)	27,9% PNAD/13	SI	SI	SI	SI						
Meta executada no período (dado extraoficial – SME)	-	-	-	-	-						

Obs: SI – Sem Informação

O município avalia que de alguma forma as estratégias assumidas na meta da alfabetização de jovens e adultos estão sendo desenvolvidas/atendidas. Contudo, em relação à estratégia 9.3, há dúvida de que haja tal demanda, conforme abordagem no quadro a seguir.

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 9

META 09 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
9.1 Realizar diagnóstico da população analfabeta, com auxílio da SMSAS (agentes de saúde), com o objetivo de implementar ações que possibilitem atender a demanda manifesta e a melhor forma de atendê-los.	2015	Não se aplica	Concluída	Sim
	Observações: - O diagnóstico realizado apontou que a demanda apurada era muito reduzida e havia pouco interesse por parte do público alvo, em ser atendido.			
9.2 Assegurar a oferta de vaga no transporte escolar para população maior de 15 anos, interessada em buscar alfabetização e nivelamento no município de Videira ou Joaçaba.	Anual	PA-2011: 1101	Realizada	Sim
	Observações: - Por meio da oferta de transporte intermunicipal gratuito.			
9.3 Formalizar parceria com a ACIAT, tendo em vista o incentivo para que trabalhadores analfabetos possam superar esta etapa de formação, com o apoio e/ou incentivo das empresas.	Anual	Não se aplica	Não iniciada	Não
	Observações: - Há dúvida de que haja tal demanda e/ou interesse do público alvo em ser atendido.			
9.4 Formalizar parceria com o CRAS, quanto à oferta de cursos de qualificação profissional e alfabetização.	Anual	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - As políticas do CRAS contemplam programas de qualificação profissional, de acordo com a demanda local. Porém, a alfabetização não foi viabilizada.			

3.10 META DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Meta 10 – Oferecer condições de acesso às matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio regular, ou na forma integrada à educação profissional.

A EJA integrada à educação profissional, de responsabilidade do governo estadual, não está sendo ofertada em âmbito local e/ou regional.

Coube ao município, nesse contexto, assumir por meio das duas estratégias contidas na Meta 09, ações que lhe são pertinentes na promoção da qualificação profissional de jovens e adultos, bem como viabilizar acesso quando de uma possível oferta regional da EJA Profissional, por meio da disponibilização de vagas no transporte intermunicipal gratuito. Em 2019 foram atendidos 9 alunos que acessaram a EJA Regular junto a cidade de Videira.

QUADRO DO INDICADOR 10A

META 10	Oferecer condições de acesso às matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio regular, ou na forma integrada à educação profissional.										
INDICADOR 10A	% de matrícula da Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à Educação Profissional										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista										SI	Não se aplica
Meta executada no período (dado oficial – PNE em Movimento)	0,0%	-	0,0%	-	-						
Meta executada no período (dado oficial – Censo Educação Básica)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%						

Obs: SI – Sem informação

Ambas estratégias da Meta 10, com pertinência ao que o município pode fazer no aspecto da educação de jovens e adultos, estas estão sendo viabilizadas.

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 10

META 10 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
10.1 Oferecer vaga no transporte escolar intermunicipal, de acordo com a capacidade físico/financeira do município, com o objetivo de atender a demanda pela formação da população adulta, nas modalidades da EJA, nos ensinos fundamental e médio regular, ou integrada à educação profissional.	Anual	PA-2011: 1101	Realizada	Sim
	Observações: - Por meio da oferta de transporte intermunicipal gratuito.			
10.2 Incentivar a abertura de mini cursos de qualificação profissional em parceria com as escolas e o CRAS (Exemplo: Informática).	Anual	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Há oferta de diversas oficinas realizadas pelo CRAS, de acordo com a demanda.			

3.11 META DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Meta 11 – Incentivar a busca pela formação profissional técnica de nível médio.

Em âmbito local, ainda se mantém a oferta de formação profissional técnica de nível médio de Magistério, por meio da escola da Rede Estadual, com atendimento da demanda microrregional. Nos últimos anos, aproximadamente 20 alunos vêm sendo atendidos nessa área de formação profissional.

O município oferece incentivo no transporte intermunicipal gratuito para alunos que buscam essa formação regionalmente no IFC, SENAI e CEDUP, cujas matrículas são computadas ao município que as oferece. Em 2019 havia aproximadamente 30 alunos sendo atendidos nessa condição.

QUADRO DO INDICADOR 11A

META 11	Incentivar a busca pela formação profissional técnica de nível médio.										
INDICADOR 11A	Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio (em âmbito local)										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista										SI	Não se aplica
Meta executada no período (dado oficial – PNE em Movimento)	27	-	20	-	-						
Meta executada no período (dado oficial – Censo Educação Básica)	27	6	20	21	19						

DEMAIS CONSIDERAÇÕES E APONTAMENTOS DA META DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A formação profissional técnica de nível médio está presente no município, por meio da oferta do Magistério de Nível Médio na Escola Estadual, cujas matrículas na educação profissional correspondeu em 2019, a 18,8% do total das matrículas no ensino médio, o maior percentual dos últimos cinco anos, conforme Quadro 12 abaixo.

Quadro 12 - Número de matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Rede Pública no município de Arroio Trinta – 2015 a 2019

Ano	Matrícula Total	Matrícula por modalidade		Oferta de matrícula local em EPT Nível Médio
		EM Propedêutico	EM Normal/ Magistério	
2015	157	130	27	17,2%
2016	138	132	6	4,3%
2017	113	93	20	17,7%
2018	123	102	21	17,1%
2019	101	82	19	18,8%

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica 2015 a 2019

O acesso aos demais cursos técnicos de nível médio são oferecidos regionalmente, onde o município mantém a oferta de transporte intermunicipal gratuito e/ou auxílio transporte, nos períodos matutino, vespertino e noturno até o município de Videira e matutino e noturno para Joaçaba, sem que haja qualquer contrapartida nos custos por parte do estado e/ou união, mesmo sendo responsáveis pela oferta dessa modalidade de ensino, tais esferas de governo. Há também, a oferta de transporte intermunicipal semanal, para alunos do curso Técnico Agrícola, no CEDUP de Água Doce.

Entre as quatro estratégias da Meta 11, estão sendo executadas as de atribuição local, as outras duas que dependem da parceria com as outras esferas de governo não foram executadas.

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 11

META 11 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
11.1 Manter e ampliar a oferta de transporte escolar intermunicipal, de acordo com a capacidade físico/financeira do município, com o objetivo de atender a demanda pela formação profissional técnica de nível médio, em nível regional.	Anual	PA-2012: 1101	Realizada	Sim
	Observações: - Por meio da oferta de transporte intermunicipal gratuito.			
11.2 Pleitear junto ao Estado e União, participação nos custos do transporte escolar intermunicipal, em parceria com as representatividades da Amarp e Fecam.	Até 2024	Não se aplica	Não iniciada	Não
	Observações: - Estratégia pendente de articulação regional.			
11.3 Manter e ampliar a oferta do Magistério na Escola Estadual local.	Anual	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - A Escola Estadual local tem conseguido manter nos últimos anos, um quantitativo aproximado de 20 matrículas por ano no Magistério de Nível Médio.			
11.4 Cobrar da União a meta do PNE de elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio, minimizando custos da municipalidade.	Até 2024	Não se aplica	Não iniciada	Não
	Observações: - Não houve qualquer apoio por parte do Governo Federal no auxílio à mobilidade acadêmica, que tivesse algum efeito na minimização dos custos com o transporte intermunicipal oferecido pelo município.			

3.12 META DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Meta 12 – Incentivar o ingresso no ensino superior para a população de 18 a 24 anos, e demais faixas etárias, principalmente no segmento público.

Em se tratando dos Indicadores 12A e 12B, das taxas bruta de matrícula (TBM) e líquida de escolarização (TLE) na graduação, dados oficiais da Pnad 2013 (anterior ao PME), mostram que o município possuía TBM de 38,0% e TLE de 32,1%, ou seja, em relação a meta projetada para 2024, o Indicador 12A ficou 12% abaixo e o Indicador 12B apenas 0,9% abaixo da meta. Mesmo não havendo dados recentes, é bem provável que na próxima apuração da Pnad, de atribuição do IBGE, o município obtenha percentuais acima da meta projetada.

Em comparação com a TBM e TLE do Brasil e do estado de Santa Catarina, com base na Pnad 2015, os resultados de Arroio Trinta, na Pnad de 2013, são bastante expressivos, conforme segue:

- TBM: Brasil 34,6% (Pnad 2015) - Santa Catarina 43,1% (Pnad 2015) - Arroio Trinta 38,0% (Pnad 2013);
- TLE: Brasil 20,2% (Pnad 2015) - Santa Catarina 31,9% (Pnad 2015) - Arroio Trinta 32,1% (Pnad 2013).

QUADRO DO INDICADOR 12A

META 12	Incentivar o ingresso no ensino superior para a população de 18 a 24 anos, e demais faixas etárias, principalmente no segmento público.										
INDICADOR 12A	Taxa bruta de matrícula na graduação (TBM)										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista										50%	SI
Meta executada no período (dado oficial – PNE em Movimento)	38,0% PNAD/13	SI	SI	SI	SI						
Meta executada no período (dado oficial – Censo Educação Básica)	-	-	-	-	-						

Obs: SI – Sem Informação

QUADRO DO INDICADOR 12B

META 12	Incentivar o ingresso no ensino superior para a população de 18 a 24 anos, e demais faixas etárias, principalmente no segmento público.										
INDICADOR 12B	Taxa líquida de escolarização na graduação (TLE)										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista										33%	SI
Meta executada no período (dado oficial – PNE em Movimento)	32,1% PNAD/13	SI	SI	SI	SI						
Meta executada no período (dado oficial – Censo Educação Básica)	-	-	-	-	-						

Obs: SI – Sem Informação

DEMAIS CONSIDERAÇÕES E APONTAMENTOS DA META DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Em não havendo oferta local no Ensino Superior, a estratégia utilizada pelo município, nas últimas décadas, consiste na oferta do transporte intermunicipal gratuito para os municípios de Videira (noturno) e Joaçaba/Luzerna (matutino e noturno). Tal incentivo foi e será decisivo para que a taxa bruta de matrícula (TBM) e a taxa líquida de escolarização (TLE) no ensino superior sejam cada vez mais elevadas. Em 2019 houve o atendimento de aproximadamente 100 universitários nessa condição (68 para Videira e 34 para Joaçaba/Luzerna).

Entre as estratégias da Meta da Educação Superior, apenas as que dependem do regime de colaboração com o estado e/ou união não foram viabilizadas.

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 12

META 12 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
12.1 Manter e ampliar a oferta de transporte escolar intermunicipal, de acordo com a capacidade físico/financeira do município, com o objetivo de atender a demanda pela formação profissional técnica de nível médio, em nível regional.	Anual	PA-2013: 1101	Realizada	Sim
	Observações: - O município mantém historicamente a oferta de transporte intermunicipal gratuito para alunos que buscam formação profissional técnica de nível médio.			
12.2 Pleitear junto ao Estado e União, participação nos custos do transporte escolar intermunicipal, em parceria com as representatividades da Amarp e Fecam.	Até 2024	Não se aplica	Não iniciada	Não
	Observações: - Dependência de articulação regional.			
12.3 Incentivar a busca pela formação no ensino superior junto ao polo da UAB de Treze Tílias.	Anual	PA-2013: 1101	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - De acordo com a demanda manifesta.			
12.4 Cobrar da União a meta de fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores e professoras para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas.	Até 2024	Não se aplica	Não iniciada	Não
	Observações: - Dependência da esfera federal e articulação regional.			

3.13 META DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Meta 13 – Elevar a qualidade da educação superior pública e privada oferecida regionalmente, utilizando o Colegiado de Educação da AMARP, UNDIME, FECAM e outras, como instrumento de cobrança da qualidade dos cursos oferecidos, com base na Avaliação do ENADE.

Considerando que o município não possui autoridade/atribuição sobre este nível de escolaridade, cabe ao mesmo, atuar de forma articulada com outras representatividades, como o Colegiado de Educação da AMARP, UNDIME, FECAM, bem como nas Conferências Regionais da CONAE, para exercer alguma forma de regulação/cobrança da qualidade da educação superior oferecida regionalmente.

A avaliação do ENADE é o principal mecanismo de mensuração da qualidade da educação superior, cabendo ao aluno e familiares avaliar as opções de ingresso ao ensino superior que lhe estão sendo disponibilizadas, bem como da regulação contínua do curso que estiver fazendo.

Em se tratando das estratégias da qualidade da educação superior, apenas a estratégia de incumbência local está sendo realizada, a qual consiste na oferta do transporte intermunicipal gratuito.

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 13

META 13 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
13.1 Monitorar as políticas de avaliação da qualidade no Ensino Superior (ENADE), de incumbência do governo federal e estadual, por meio do Colegiado de Educação da Amarp e Undime/SC.	Anual	Não se aplica	Não iniciada	Não
Observações: - Estratégia não articulada regionalmente.				
13.2 Cobrar e monitorar a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos, combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência.	Até 2024	Não se aplica	Não iniciada	Não
Observações: - Estratégia não articulada regionalmente.				
13.3 Contribuir por meio da oferta de transporte escolar intermunicipal institucionalizado, para elevar gradativamente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades.	Anual	PA-2013: 1101	Realizada	Sim
Observações: - O município mantém historicamente a oferta de transporte intermunicipal gratuito para alunos do Ensino Superior.				

3.14 META DA PÓS-GRADUAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

Meta 14 - Incentivar a busca pela formação na pós-graduação nas modalidades lato sensu e stricto sensu.

Para não assumir a Meta 14 com a conotação do PNE ou PEE, o município optou por manter a meta, porém, assumindo apenas a perspectiva de incentivar o acesso por meio de oferta de vagas no transporte intermunicipal gratuito aos interessados, bem como formalizar parcerias com instituições que possam atender demandas em âmbito local. Nesse sentido, o que foi assumido nas estratégias está sendo executado.

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 14

META 14 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
14.1 Disponibilizar vaga no transporte escolar intermunicipal para formação na pós-graduação.	Anual	PA-2013: 1101	Realizada	Sim
	Observações: - O município não restringe o acesso no transporte intermunicipal para pessoas que buscam titulação de pós-graduação.			
14.2 Formalizar parceria com instituições de ensino superior para viabilizar a instalação de cursos de pós-graduação em nível local, para a comunidade em geral.	Até 2024	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Há espaço para parceria com as instituições de ensino superior quanto a esta oferta, de acordo com a demanda manifesta e/ou interesse das instituições de ensino. - Há iniciativas independentes por interessados em buscar tal titulação, em razão da múltipla oferta via online.			
14.3 Divulgar e incentivar a busca ao financiamento estudantil por meio do Fies à pós-graduação stricto sensu, junto ao governo federal.	Anual	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - De acordo com a demanda manifesta por informações junto à Secretaria de Educação; - O próprio governo federal e a mídia divulgam tais informações.			

3.15 META DA TITULAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Meta 15 – Garantir, em regime de colaboração entre a União, Estado e Município, que durante a vigência do PME, todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunidade de cursos de formação continuada.

A exigência prevista na meta 15, de que todos os professores da educação básica possuam formação superior na área em que atuam, durante a vigência do PME, de acordo com a apuração realizada a partir dos dados oficiais obtidos junto às Sinopses do Censo da Educação Básica, dentre os quatro Indicadores (15A, 15B, 15C e 15D), os quais incluem a Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais e Ensino Médio, até o ano de 2019, a meta de 100% foi alcançada nos Indicadores 15A – Educação Infantil e 15B - Anos Iniciais. Nos demais indicadores, a meta está próxima de ser alcançada, com 86,7% nos Anos Finais e 90,5% no Ensino Médio.

QUADRO DO INDICADOR 15A

META 15	Garantir, em regime de colaboração entre a União, Estado e Município, que durante a vigência do PME, todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunidade de cursos de formação continuada.										
INDICADOR 15^a	<i>Proporção de docências da educação infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.</i>										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista										100%	SIM
Meta executada no período (dado oficial – PNE em Movimento)	SI	SI	SI	SI	SI						
Meta executada no período (dado oficial – Censo Educ. Básica)	66,7%	69,2%	71,4%	81,3%	100%						

Obs: SI – Sem Informação

QUADRO DO INDICADOR 15B

META 15	Garantir, em regime de colaboração entre a União, Estado e Município, que durante a vigência do PME, todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunidade de cursos de formação continuada.										
INDICADOR 15B	<i>Proporção de docências dos anos iniciais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.</i>										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista										100%	SIM
Meta executada no período (dado oficial – PNE em Movimento)	SI	SI	SI	SI	SI						
Meta executada no período (dado oficial – Censo Educação Básica)	75,0%	73,3%	78,6%	92,3%	100%						

Obs: SI – Sem Informação

QUADRO DO INDICADOR 15C

META 15	Garantir, em regime de colaboração entre a União, Estado e Município, que durante a vigência do PME, todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunização de cursos de formação continuada.										
INDICADOR 15C	<i>Proporção de docências dos anos finais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.</i>										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista										100%	NÃO
Meta executada no período (dado oficial – PNE em Movimento)	SI	SI	SI	SI	SI						
Meta executada no período (dado oficial – Censo Educação Básica)	90,9%	90,9%	84,6%	70,6%	86,7%						

Obs: SI – Sem Informação

QUADRO DO INDICADOR 15D

META 15	Garantir, em regime de colaboração entre a União, Estado e Município, que durante a vigência do PME, todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunização de cursos de formação continuada.										
INDICADOR 15D	<i>Proporção de docências do ensino médio com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.</i>										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista										100%	NÃO
Meta executada no período (dado oficial – PNE em Movimento)	SI	SI	SI	SI	SI						
Meta executada no período (dado oficial – Censo Educação Básica)	69,6%	77,8%	73,9%	77,3%	90,5%						

Obs: SI – Sem Informação

DEMAIS CONSIDERAÇÕES E APONTAMENTOS DA META 15

Considerando a Meta da qualificação pretendida para os professores que atuam na Educação Básica, por nível e etapa de escolaridade, a ser alcançada até 2024, atenta-se ao fato de que houve considerável aumento em torno dessa qualificação no município durante o período decorrido do PME, conforme se observa no Quadro 13 a seguir, passando de 63,8% em 2015 para 92,9% em 2019, no âmbito geral da educação básica. Apenas na etapa dos Anos Finais do Ensino Fundamental houve redução e posterior crescimento no percentual de qualificação dos professores.

Quadro 13 - Professores com Formação Superior adequada à área de atuação por Etapa da Educação Básica - Município de Arroio Trinta, 2015 a 2019

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio	Total Educação Básica
	Creche	Pré-escola	Total	Anos Iniciais	Anos Finais	Total		
2015	70,0%	83,3%	66,7%	75,0%	90,9%	81,5%	69,6%	63,8%
2016	77,8%	81,8%	69,2%	73,3%	90,9%	80,8%	77,8%	65,0%
2017	75,0%	70,0%	71,4%	78,6%	84,6%	81,5%	73,9%	73,3%
2018	87,5%	78,6%	81,3%	92,3%	70,6%	80,0%	77,3%	78,0%
2019	100,0%	100,0%	100%	100%	86,7%	92,9%	90,5%	92,9%

Fonte: Censo da Educação Básica 2015 a 2019

A contratação de professores em caráter temporário, sem qualificação de nível superior e/ou com formação superior fora da área de atuação, bem como professores efetivos que atuem em área diferente de sua formação superior, afetam os indicadores da qualificação na educação básica. Considerando tal condição, o Quadro 14 abaixo, aponta que aproximadamente metade dos docentes, tanto na Rede Estadual quanto na Rede Municipal de Ensino, possuíam contrato temporário em 2019.

Quadro 14 - Número de Docentes na Educação Básica Regular por tipo de vínculo empregatício e dependência administrativa - Município de Arroio Trinta 2019

Vínculo	REDE MUNICIPAL (por contrato)			REDE ESTADUAL (por contrato)			TOTAL DAS REDES (por contrato)		
	Creche	Pré-escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	Municipal	Estadual	Geral	
Efetivo	5	5	9	10	11	11	12	23	
Temporário	3	5	5	5	10	11	11	22	
Total	8	10	14	15	21	22	23	45	
% Efetivos	62,5%	50,0%	64,3%	66,7%	52,4%	50,0%	52,2	51,1%	

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica 2019

Sobre a formação continuada, há que se destacar o empenho do município em promover tal formação aos seus profissionais, tendo, inclusive, contrato firmado com Sistema de Ensino para essa finalidade. A Rede Estadual também oferece formação continuada aos seus professores.

Entre as nove estratégias estabelecidas na Meta 15, apenas duas não tiveram avanço no período, sendo que ambas dependem da formalização de parceria com outras entidades e/ou Ministério da Educação.

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 15

META 15 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
15.1 Efetuar diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação, especialmente nas licenciaturas em disciplinas específicas e incentivar a busca pela formação por meio da Plataforma Freire e outros mecanismos.	Anual	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - A Rede Municipal de Ensino supre suas necessidades de formação dos professores, por meio de concurso público, exigindo formação na área de atuação; - Não houve demanda por formação através da Plataforma Freire.			

META 15 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
15.2 Sugerir junto às instituições de ensino superior, principalmente públicas, quanto a oferta de formação de professores das licenciaturas e à reformulação da proposta curricular dos cursos de formação, a fim de suprir a carência destes profissionais, buscando apoio regional do Colegiado de Educação da Amarp e Undime.	2017	Não se aplica	Não iniciada	Não
	Observações: - Estratégia com pouca possibilidade de inferência do município.			
15.3 Incentivar a busca pelo financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a serem implementados pela União e Estado.	2015/2024	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - De acordo com a demanda manifesta por informações junto à Secretaria de Educação.			
15.4 Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica.	Anual	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - A Rede Municipal e Estadual de Ensino absorvem a demanda manifesta para realização de práticas de estágio dos cursos de nível médio e superior. E, de modo especial, ao curso de magistério local.			
15.5 Assegurar a todos os profissionais da educação básica, formação continuada em serviços em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos respectivos sistemas de ensino.	Anual	PA-2010, 2016 e 2053: 1119 e 1136	Realizada	Sim
	Observações: - Tanto a Rede Municipal quanto a Rede Estadual realizam formação continuada anual para os seus professores.			
15.6 Incentivar a busca por cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior, a serem oferecidos pelo MEC, destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério (Merendeiras, Motoristas, Auxiliar Administrativo, Agentes de Serviços Gerais, Auxiliar de Turma...)	2015/2024	Não se aplica	Não iniciada	Não
	Observações: - Não houve demanda local.			
15.7 Incentivar que professores de idiomas das escolas públicas de educação básica, busquem programa de concessão de bolsas de estudos oferecidos pelo MEC e outras entidades, para realizarem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionem, especialmente a Língua Italiana.	2015/2024	Não se aplica	Em desenvolv.	Em parte
	Observações: - Não houve concessão de bolsa de estudos de idiomas por meio do MEC. Porém, o município, em parceria com o CCI-Centro de Cultura Italiana, viabilizou formação em língua italiana na universidade de Perugia – Itália, para um professor.			
15.8 Oferecer transporte escolar intermunicipal institucionalizado, para que profissionais da educação busquem formação em cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior.	Anual	PA-2012 e 2013: 1101	Realizada	Sim
	Observações: - Por meio da oferta de vaga no transporte intermunicipal gratuito.			
15.9 Ampliar o uso das tecnologias e conteúdos multimidiáticos para todos os atores envolvidos no processo educativo, garantindo formação específica para este fim, em regime de colaboração com o Estado e União.	Anual	PA-2010: 1136, 1137, 1162	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Não houve oferta de formação específica das tecnologias e conteúdos multimidiáticos pelo governo estadual e federal ao município. As formações realizadas que tiveram algum alcance nesse sentido, foram viabilizadas pelo município.			

3.16 META DA PÓS-GRADUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Meta 16 – Atingir nível de pós-graduação para 90% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

A Meta de atingir nível de pós-graduação de 90% para os professores da educação básica até 2024, Indicador 16A, ainda não foi alcançada até 2019, com 59,5%, a maior porcentagem no período decorrido do PME. Cabe destacar que os dados oficiais apurados a partir do Censo da Educação Básica incluem todos os professores, efetivos e temporários, que atuam na educação básica. Se considerada a meta de 50% prevista no PNE/PEE, no ano de 2019 o município alcançou tal parâmetro, superando-o em 9,5%.

Quanto ao aspecto da formação continuada, Indicador 16B, segundo dados do Censo da Educação Básica/Inep 2017, 58,3% dos professores da educação básica tiveram acesso a esse tipo de formação na sua área de atuação. Contudo, anualmente, a Rede Municipal de Ensino oferece formação para todos os professores, por meio de convênio com o Sistema Educacional Família Escola (SEFE), bem como demais formações realizadas em grupos de estudos, sendo que a BNCC foi a principal temática nos últimos anos. A Rede Estadual oferece formação online aos seus professores.

Atenta-se ao fato de haver certa dificuldade na oferta de formação continuada para professores de áreas específicas, na disciplina em que atuam.

QUADRO DO INDICADOR 16A

META 16	Atingir nível de pós-graduação para 90% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.										
INDICADOR 16A	<i>Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu</i>										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista										90% PME 50% PNE	NÃO SIM
Meta executada no período (dado oficial – PNE em Movimento)	47,2%	-	43,8%	-	-						
Meta executada no período (dado oficial – Censo Educação Básica)	48,9%	50,0%	46,7%	46,0%	59,5%						

QUADRO DO INDICADOR 16B

META 16	Incentivar a formação de 80% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu.										
INDICADOR 16B	<i>Percentual de professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada</i>										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista										100%	NÃO
Meta executada no período (dado oficial – PNE em Movimento)	-	-	58,3%	-	-						
Meta executada no período (dado oficial – Censo Educação Básica)											

DEMAIS CONSIDERAÇÕES E APONTAMENTOS DA META DA PÓS-GRADUAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O nível de pós-graduação dos professores que atuam na educação básica, apresentada no Quadro 15 abaixo, demonstra que apesar de ter havido avanços de 2015 para 2019, será preciso ampliar em mais 30% pontos percentuais para que o indicador de 90% seja alcançado até 2024.

Além dos professores com graduação de nível superior sem pós-graduação, na série histórica aparece um número considerável de professores com escolaridade de Nível Médio, sendo que em 2018 e 2019 há registro de onze e três professores, respectivamente, nesta condição. Outro fator que pode contribuir para que o nível de pós-graduação não seja maior, corresponde aos contratos temporários, pois entre os professores efetivos a titulação de pós-graduação é considerável.

Quadro 15 - Número de Docentes na Educação Básica por Escolaridade e Formação Acadêmica e Pós-graduação nas Redes de Ensino de Arroio Trinta – 2015 a 2019

Ano	Total de Professores Educação Básica	Ensino Médio	Graduação superior	Pós-graduação				Docentes com pós-graduação %
				Especialização	Mestrado	Doutorado	Total	
2015	47	15	9	23	-	-	23	48,9%
2016	40	12	8	20	-	-	20	50,0%
2017	45	12	12	21	-	-	21	46,7%
2018	50	11	16	23	-	-	23	46,0%
2019	42	3	14	25	-	-	25	59,5%

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica 2015 a 2019

Entre as quatro estratégias da Meta 16, quase não houve avanços em razão da dependência do regime de colaboração e formalização de outras parcerias, bem como do interesse dos próprios profissionais da educação em buscar tais alternativas.

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 16

META 16 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
16.1 Contribuir, em regime de colaboração, quanto ao planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos Estados e Municípios.	2015/2024	Não se aplica	Não iniciada	Não
Observações: - Houve alguma iniciativa neste sentido, para viabilização da continuidade do PNAIC, mas o Programa acabou não tendo prosseguimento.				
16.2 Incentivar, em regime de colaboração, a busca pela formação continuada em nível de pós-graduação, para os profissionais da educação, por meio da oferta de transporte escolar e bolsas de estudos.	2015/2024	PA-2013: 1101	Não iniciada	Não
Observações: - Estratégia realizada em parte, porém não executada na perspectiva do regime de colaboração e bolsas de estudo.				
16.3 Estimular o uso do portal eletrônico do MEC para subsidiar a atuação dos professores da educação básica.	Anual	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
Observações: - De acordo com o interesse dos profissionais da educação.				
16.4 Buscar parcerias com instituições de Ensino Superior, para oferta local de cursos de pós-graduação.	2015/2024	Não se aplica	Não iniciada	Não
Observações: - Com a variedade de opções de formação em pós-graduação à distância, não houve demanda para viabilizar tal oferta em âmbito local.				

3.17 META DA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Meta 17 – Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a considerar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, dentro do prazo de vigência deste PME.

Em relação ao indicador 17A, da razão entre o salário médio de professores da educação básica da rede pública (não federal) e o salário médio de não professores com escolaridade equivalente, não há dados oficiais publicados para o município na Plataforma do PNE em Movimento, há apenas dados da Pnad 2015 para o Brasil de 81,3% e Santa Catarina 82,4%.

QUADRO DO INDICADOR 17A

META 17	Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a considerar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, dentro do prazo de vigência deste PME.										
INDICADOR 17A	<i>Razão entre o salário médio de professores da educação básica da rede pública (não federal) e o salário médio de não professores com escolaridade equivalente.</i>										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista											SI
Meta executada no período (dado oficial – PNE em Movimento)	SI	SI	SI	SI	SI						
Meta executada no período (dado oficial – Censo Educação Básica)	-	-	-	-	-						

Obs: SI – Sem informação

DEMAIS CONSIDERAÇÕES E APONTAMENTOS DA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

A questão da equiparação salarial dos profissionais do magistério ao rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, necessita de melhor compreensão/esclarecimentos e efetiva participação do Governo Federal, em regime de colaboração com os estados e municípios.

A Lei do Piso Nacional Profissional (Lei nº 11.738/2008), tem sido o principal mecanismo de alavancagem do vencimento base inicial na perspectiva da valorização dos profissionais do magistério, em razão do seu crescimento ser superior aos índices de correção salarial anual pelo INPC.

No âmbito municipal, o principal instrumento de valorização do magistério consiste no Plano de Carreira, por meio do qual se garante avanços por titulação e outras progressões.

Em relação as estratégias da Meta 17, apenas a estratégia 17.1 que trata do PNP, de incumbência local, está sendo cumprida, as demais estão na dependência de articulações políticas e do regime de colaboração com a união para que possam ser viabilizadas.

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 17

META 17 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
17.1 Cumprir a Lei do Piso Nacional e de valorização do magistério público municipal.	Anual	PA-2010, 2016 e 2053: 1101, 1118 e 1119	Realizada	Sim
	Observações: - O município vem conseguindo cumprir historicamente o Piso Nacional Profissional e o 1/3 das horas atividade.			
17.2 Promover, em regime de colaboração, estudo de viabilidade quanto à equiparação do rendimento médio dos profissionais do magistério aos demais profissionais com escolaridade equivalente, segundo parâmetros nacionais de salários a serem levantados e definidos pelo MEC e SED.	2015/2024	Não contemplada	Não iniciada	Não
	Observações: - Dependência da esfera federal.			
17.3 Mobilizar forças políticas e de interesse de classe quanto à desvinculação das políticas de valorização do magistério público municipal, dos limites estabelecidos na LRF nº 101/2000, Art. 20, inciso III, alínea “b”, dos gastos com pessoal no setor público pelo poder executivo em 54%, a fim de permitir que potenciais recursos do Fundeb possam ser utilizados na efetiva valorização dos profissionais do magistério, independentemente dos limites de gastos com pessoal por parte do executivo municipal.	2015/2020	Não se aplica	Não iniciada	Não
	Observações: - Dependência de articulações políticas e de interesse classe, bem como das CONAEs.			
17.4 Cobrar da União a assistência financeira aos entes federados (Estado e Município), a implementação de políticas de valorização dos profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional.	Anual	Não contemplada	Não iniciada	Não
	Observações: - Dependência de articulações políticas e sindicais.			

3.18 META DOS PLANOS DE CARREIRA

Meta 18 – Assegurar a existência e reformulação dos Planos de Carreira para os profissionais da educação básica de todos os sistemas de ensino e, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Considerando o texto da meta dos Planos de Carreira, cabe informar que o município possui Plano de Carreira para o magistério, porém, tem ficado em débito para com sua reformulação. Quanto ao Piso Nacional Profissional, Indicador 18A, constata-se que o mesmo vem sendo cumprido desde sua aprovação em 2009.

QUADRO DO INDICADOR 18A

META 18	Assegurar a existência e reformulação dos Planos de Carreira para os profissionais da educação básica de todos os sistemas de ensino e, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.										
INDICADOR 18A	Atendimento ao PSNP - Piso Salarial Nacional Profissional.										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista	1.917,78	2.135,64	2.298,80	2.455,35	2.557,74	2.886,24					SIM
Meta executada no período (dado oficial – RH Pref)	2.349,32	2.614,32	2.786,34	2.869,94	2.972,40	3.100,22					

DEMAIS CONSIDERAÇÕES E APONTAMENTOS DA META DOS PLANOS DE CARREIRA

A Rede Municipal de Ensino possui em seu quadro de efetivos, apenas professores com formação de nível superior, sendo assim, o Piso Nacional Profissional (PNP) para o magistério de nível médio serve apenas como referência.

Considerando o avanço do PNP ao longo do tempo, o qual varia segundo o crescimento do Fundeb e o vencimento base local do professor com nível superior variar com o INPC, o Quadro 16 a seguir, evidencia, que houve redução nessa proporcionalidade ano a ano, fechando 2019 com um percentual de variação de 16,2% entre ambos, com aproximação ainda maior em 2020 (7,4%).

Quadro 16 - Comparativo entre o Piso Nacional Profissional e o vencimento base dos Professores com formação de nível superior na Rede Municipal de Ensino do município de Arroio Trinta – 2015 a 2020

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
PNP	1.917,78	2.135,64	2.298,80	2.455,35	2.557,74	2.886,24
Vencimento base professor com nível superior	2.349,32	2.614,32	2.786,34	2.869,94	2.972,40	3.100,22
Percentual de variação	+22,5%	+22,4%	+21,2%	+16,9%	+16,2%	+7,4%

Fonte: Governo Federal e RH Prefeitura

Sendo o Fundeb o principal recurso da educação e considerando o aspecto legal de sua utilização em no mínimo 60% para remuneração do magistério, o Quadro 17 a seguir, demonstra que o município apresenta um superávit elevado do referido recurso na remuneração dos professores, com 34,71% acima do mínimo em 2018 e 27,13% em 2019.

Quadro 17 – Aplicação dos recursos do Fundeb 60% com remuneração do magistério – Arroio Trinta 2016 a 2019

Item analisado	Ano contábil 2016		Ano contábil 2017		Ano contábil 2018		Ano contábil 2019	
	%	Superávit	%	Superávit	%	Superávit	%	Superávit
Percentual gasto com professores Fundeb 60% (Indicador: ≥60%)	95,39%	35,39%	91,76%	31,76%	94,71%	34,71%	87,13%	27,13%

Fonte: Controle Interno da Prefeitura – Demonstrativo da Aplicação de Recursos na MDE de 2016 a 2019

Entre as onze estratégias da Meta 18, apenas três foram avaliadas como executadas/em desenvolvimento no período, a 18.1 de priorizar a contratação de professores por concurso público, a 18.5 que prevê a contribuição na correta realização do Censo da Educação Básica em relação ao cadastramento dos profissionais da educação e a 18.7 que trata da ampliação da carga horária dos profissionais efetivos. Muitas estratégias consideradas como não executadas estão ligadas ao Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, o qual não foi atualizado durante o período decorrido do plano decenal.

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 18

META 18 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
18.1 Priorizar na Rede Municipal de Ensino, a contratação de professores e demais profissionais da educação, prioritariamente por meio de cargos de provimento efetivo.	2015/2024	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Apesar de não ter havido concurso no período, foi realizada a ampliação da carga horária dos profissionais da educação municipal.			
18.2 Atualizar o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.	2016	Não se aplica	Não iniciada	Não
	Observações: - Apesar de ter havido alguma mobilização em torno do PCR, o mesmo não foi atualizado no período em questão.			
18.3 Apoiar e aderir à iniciativa do MEC em criar prova nacional para subsidiar os Estados e os Municípios na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do magistério da educação básica pública.	Até 2024	Não se aplica	Não iniciada	Não
	Observações: - Dependência da esfera federal.			
18.4 Prever, no plano de Carreira dos profissionais da educação do município, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, em conformidade com os interesses da Rede Municipal de Ensino e suas condições financeiras.	2016	Não contemplada	Não iniciada	Não
	Observações: - Apesar de haver alguma previsão no PCR quanto ao disposto na estratégia, o mesmo não foi atualizado nesse sentido.			
18.5 Contribuir com o Ministério da Educação, na realização do censo dos profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério.	Anual	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Realizado anualmente por meio do Censo da Educação Básica, com o preenchimento das informações dos professores e demais profissionais da educação.			

META 18 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
18.6 Estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas de ensino, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos Planos de Carreira.	2015/2024	Não se aplica	Não iniciada	Não
	Observações: - Não foi constituída comissão para esse fim.			
18.7 Priorizar a lotação dos profissionais da educação, com carga horária de 20 ou 40 horas, em uma única escola.	Anual	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - A Rede Municipal de Ensino promoveu ajustes recentes na lotação/carga horária dos profissionais efetivos na educação.			
18.8 Viabilizar juridicamente a unificação das folhas dos profissionais da educação lotados por meio de concursos públicos distintos.	2016	Não se aplica	Não iniciada	Não
	Observações: - Pendente de estudo e execução.			
18.9 Regulamentar o exercício da função de diretor de escola da Rede Municipal de Ensino, junto ao Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, como meio de garantir que o cargo seja exercido por profissional efetivo.	2016	Não se aplica	Não iniciada	Não
	Observações: - PCR não atualizado. A forma utilizada é a indicação feita pelo executivo municipal, porém, sempre respeitando o critério de que a direção de escola seja exercida por profissional efetivo na Rede Municipal de Ensino.			
18.10 Estruturar a folha de pagamento dos profissionais da educação, com os devidos detalhamentos, a partir da revisão dos aspectos legais vinculados.	2016	Não se aplica	Não iniciada	Não
	Observações: - Pendente de estudo e execução.			
18.11 Criar uma comissão de profissionais da educação da rede municipal de ensino, para avaliação do atual Plano de Carreira, bem como subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação do Plano de Carreira.	2015	Não se aplica	Não iniciada	Não
	Observações: - Comissão não instituída.			

3.19 META DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Meta 19 – Assegurar condições, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar.

Na elaboração do PME, optou-se por não centrar a meta na escolha do diretor de escola e sim, na gestão democrática como um todo. Mesmo assim, a questão da escolha do diretor ficou presente nas estratégias das Metas 18 e 19, vinculadas à sua regulamentação no Plano de Carreira do Magistério.

O município dispõe dos mecanismos de gestão democrática constituídos e em pleno funcionamento, os quais são: Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do CACS Fundeb, Conselho de Alimentação Escolar, Conselho Municipal de Educação, Fórum Municipal de Educação, Conselho do Transporte Escolar, Associação de Pais e Professores, Conselhos Escolares e demais conselhos e comissões ligados à Rede de Proteção Social.

Entre as estratégias, da Gestão Democrática, não realizadas no período estão: 19.1 - que trata da regulamentação da escolha do diretor de escola no Plano de Carreira; 19.3 – a respeito da formação de conselheiros dos CACS; 19.5 – referente a constituição e fortalecimentos de grêmios estudantis.

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 19

META 19 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
19.1 Regularizar no Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, o exercício do cargo de diretor de escola, bem como a adoção de critérios de nomeação, considerando aspectos técnicos de mérito e desempenho e de consulta à comunidade escolar.	2016	Não se aplica	Não iniciada	Não
	Observações: - PCR não atualizado no período em questão.			
19.2 Criar os Conselhos Escolares das escolas da Rede Municipal de Ensino.	2015	Não se aplica	Concluída	Sim
	Observações: - Os Conselhos Escolares foram criados por meio do Decreto nº 1721/2015, de 03 de setembro de 2015.			
19.3 Viabilizar programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb do CAE, Conselhos Escolares, COMED e outros, com vistas ao bom desempenho de suas funções, bem como garantir certa permanência de conselheiros qualificados, quando da renovação dos mesmos.	2015/2024	PA-2010: 1119 e 1136	Não iniciada	Não
	Observações: - Estratégia não implementação no período decorrido, porém, os conselhos são orientados pela Secretaria de Educação.			
19.4 Mobilizar o Fórum Municipal de Educação-FME, com o intuito de coordenar as conferências de educação, municipal, estadual e nacional, em nível local, bem como efetuar o acompanhamento da execução e atualização do Plano Municipal de Educação.	2015/2024	Não contemplada	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - O município realizou a Conferência Municipal de Educação de Avaliação do 1º Ciclo de Avaliação do PME. Para o 2º Ciclo não foi realizado em função da pandemia da COVID-19, porém, foi publica em Consulta Pública; - Quanto às CONAEs, o município participa regionalmente.			
19.5 Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.	Até 2024	Não se aplica	Não iniciada	Não
	Observações: - Estratégia não implementada no período decorrido, em razão do município atuar apenas até 5º Ano do Ensino Fundamental.			

META 19 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
19.6 Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares, na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais.	Anual	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - Na atualização do PPP das unidades escolares, há participação dos gestores, professores e Conselho Escolar. A participação dos alunos fica limitada ao regimento escolar em razão da idade (até 5º Ano).			
19.7 Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino.	Anual	Não contemplada	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - A autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares é praticada no dia a dia escolar, porém, a autonomia financeira é intermediada em conjunto com a Secretaria de Educação. Apenas os recursos do PDDE são administrados pela escola.			
19.8 Aderir e viabilizar a participação dos gestores escolares nos programas de formação oferecidos pela União, Estado e outros.	2015/2024	PA-2010, 2016, 2053: 1119 e 1136; PA-2010: 1137	Realizada	Sim
	Observações: - Apesar de não ter aderido a nenhum programa de formação em âmbito federal, o município realiza formações em gestão escolar, por meio do Sistema Educacional que adota; - O Colegiado de Educação da AMARP oferece continuamente orientações e formações ao grupo gestor da Secretaria Municipal de Educação.			

3.20 META DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Meta 20 – Manter e otimizar o investimento público na área educacional municipal e ampliar o regime de colaboração, na obtenção de recursos, junto ao Estado e União.

Considerando que no PNE e PEE a meta do financiamento da educação foi balizada no PIB, o município optou por defini-la com base nos percentuais constitucionais de Manutenção e Desenvolvimento da Educação (MDE), ou seja, o mínimo de 25%. A partir de tal parametrização, constata-se por meio do Indicador 20A, com referência aos anos de 2018 e 2019, que o percentual em MDE ficou muito próximo ao valor mínimo, com superávit de apenas 0,71% e 0,88%, respectivamente, conforme Quadro 18 a seguir.

Quadro 18 – Aplicação dos Recursos em Manutenção e Desenvolvimento na Educação – Arroio Trinta 2016 A 2019

Item analisado	Ano contábil 2016		Ano contábil 2017		Ano contábil 2018		Ano contábil 2019	
	%	Superávit	%	Superávit	%	Superávit	%	Superávit
Percentual aplicado em Educação (Indicador: ≥25%)	26,49%	1,49%	27,34%	2,34%	25,71%	0,71%	25,88%	0,88%

Fonte: Controle Interno da Prefeitura – Demonstrativo da Aplicação de Recursos na MDE de 2016 a 2019

QUADRO DO INDICADOR 20A

META 20	Manter e otimizar o investimento público na área educacional municipal e ampliar o regime de colaboração, na obtenção de recursos, junto ao Estado e União.										
INDICADOR 20A	Investimento público em Educação Pública										
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	ALCANÇOU O INDICADOR? SIM/NÃO
Meta prevista	≥25%	≥25%	≥25%	≥25%	≥25%	≥25%	≥25%	≥25%	≥25%	≥25%	SIM
Meta executada no período (dado extraoficial – Contabilidade Prefeitura)	27,09%	26,49%	27,34%	25,71%	25,88%						

DEMAIS CONSIDERAÇÕES E APONTAMENTOS DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

No aspecto do financiamento da educação é importante salientar que em função do pequeno número de matrículas na Rede Municipal de Ensino, na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o município não consegue restituir boa parte dos 20% dos impostos retidos no Fundeb, conforme se verifica no Quadro 19 abaixo. Sendo assim, na série histórica apresentada, fica evidenciado que apesar das perdas estarem diminuindo ano a ano, em 2019 os valores retidos corresponderam aproximadamente a 80% dos valores retornados (transferidos ao município pelo fundo).

Quadro 19 - Transferências X Descontos Anual dos Recursos do FUNDEB – Arroio Trinta 2015 a 2019

Ano	Transferências (R\$)	Descontos (R\$)	Diferença (R\$)	Diferença (%)
2015	1.066.733,89	2.283.920,71	-1.217.186,82	-114,10%
2016	1.356.054,30	2.468.435,07	-1.112.380,77	-82,00%
2017	1.279.043,12	2.552.304,18	-1.273.261,06	-99,50%
2018	1.452.474,19	2.779.170,55	-1.326.696,36	-91,3 %
2019	1.577.948,24	2.858.255,43	-1.280.307,19	-81,1 %

Fonte: Transferências Constitucionais FECAM

Aprofundando a análise dos recursos do Fundeb em relação aos gastos em educação, com referência ao percentual constitucional em MDE, é importante que se conheça qual é o percentual contabilizado em relação aos valores não restituídos do Fundeb, os quais ficam intrínsecos contabilmente nesse percentual, conforme consta no Quadro 20 abaixo. Sendo assim, as perdas/valores não restituídos no Fundeb em 2019, correspondeu a R\$ 1.280.307,19, ou seja, 7,67% em relação aos valores gastos em Educação, que ficou em R\$ 4.317.463,39 e percentual de 25,88%. Nesse sentido, se descontarmos os 7,67% das perdas no fundeb, dos 25,88% em MDE, o gasto real no município ficou em 18,21% no ano de 2019.

Quadro 20 – Análise comparativa do percentual dos valores retidos no Fundeb em relação ao percentual das despesas na educação para fins de limite constitucional – Arroio Trinta 2015 a 2019

ANO	Despesa anual na educação para fins do limite constitucional R\$	Percentual aplicado em MDE (A)	Perdas no Fundeb (valores não restituídos) R\$	Percentual relativo as perdas no Fundeb sobre o percentual aplicado em MDE (B)	Percentual das despesas em MDE após descontada as perdas % no Fundeb (A – B)
2015	3.334.296,03	27,09%	1.217.186,82	9,89%	17,20%
2016	3.588.176,79	26,49%	1.112.380,77	8,21%	18,28%
2017	3.828.785,94	27,34%	1.273.261,06	9,09%	18,25%
2018	3.920.892,18	25,71%	1.326.696,36	8,70%	17,01%
2019	4.317.463,39	25,88%	1.280.307,19	7,67%	18,21%

Fonte: Controle Interno da Prefeitura – Demonstrativo da Aplicação de Recursos na MDE de 2015 a 2019

Em relação as estratégias da meta do financiamento da educação, constata-se que a única estratégia não iniciada corresponde à estratégia 20.8 que trata da Lei de Responsabilidade Educacional (LRE), a qual não teve andamento por parte do governo federal.

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DA META 20

META 20 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
20.1 Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1o do art. 75 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.	Anual	LOA - Ações 2.26 e 2.32	Realizada	Sim
	Observações: - Por meio das transferências constitucionais e outros convênios estabelecidos em âmbito nacional e estadual.			
20.2 Garantir e ampliar a atuação da Secretaria Municipal de Educação na ordenação e acompanhamento da gestão dos recursos da educação, nas diversas etapas e modalidades de ensino, de sua competência.	Anual	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - A Secretaria de Educação, com o apoio dos setores de compras, licitação, contabilidade e tesouraria, ordena e acompanha a aplicação dos recursos educacionais; - O MAVS Siope é um mecanismo que permite ao Secretário de Educação e ao CACS Fundeb, realizar o acompanhamento bimestral dos recursos de MDE e seus índices constitucionais.			

META 20 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
20.3 Manter e otimizar os recursos destinados à área educacional, fazendo gestão do Educacenso, dos programas do FNDE/MEC, Convênio do transporte escolar com o Estado, Prestações de contas, do Plano de Ações Articuladas-PAR, PDE Interativo e demais programas e projetos.	Anual	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - A Secretaria Municipal de Educação faz a gestão do Censo da Educação Básica Anual, principal mecanismo de vinculação de recursos para a educação, bem como do PAR, convênio do transporte escolar com o estado e outros.			
20.4 Acompanhar e avaliar as perdas no Fundeb que o município vem sofrendo historicamente.	Anual	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Mesmo diante da constatação das perdas pelas retenções de recursos do município no Fundeb, a estrutura organizacional na oferta dos serviços educacionais, está consolidado e culturalmente aceito pela sociedade. - Nos últimos anos, os percentuais quanto aos valores retidos no fundeb têm reduzido gradativamente. Em 2015 representava 114,1% em relação aos valores restituídos e em 2019 ficou em 81,1%, contudo, em valores nominais, os valores são muito próximos.			
20.5 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, CAE e outros, com a colaboração entre o Ministério da Educação, a Secretaria de Educação do Estado e do Controle Interno do Município.	2015/2024	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - O município dispõe do portal da transparência; - São realizadas audiências públicas quadrimestrais pela prefeitura; - O CACS Fundeb e a Secretaria de Educação acompanham a execução financeira bimestral por meio do MAVS Siope; - Os Conselhos do CAE e CACS Fundeb acompanham e monitoram as prestações de contas do PNAE, PNATE e Fundeb, por meio das reuniões periódicas e pela emissão de pareceres no SIGECON.			
20.6 Implementar ações que permitam o preenchimento com transparência e exatidão dos dados do SIOPE, a fim de permitir uma melhor definição do CAQ pelo INEP.	Semestral	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - A partir do ano de 2018, há um acompanhamento contínuo dos dados do SIOPE, feitos pelo setor contábil, por meio do Sistema MAVS Siope, o qual é feito bimestralmente e, após publicado, precisa ser validado pela Secretaria de Educação e pelo CACS Fundeb.			
20.7 Cobrar da União e do Estado, a regulamentação do regime de colaboração, conforme prevê a Constituição Federal.	Até 2024	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - O regime de colaboração atende condicionantes legais/constitucionais, porém, necessita de melhorias nos mecanismos de distribuição de recursos aos municípios, principalmente no que tange à valorização do magistério e os royalties do petróleo e gás natural.			
20.8 Apoiar a aprovação e a aplicação da Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais.	Até 2024	Não se aplica	Não iniciada	Não
	Observações: - Estratégia não viabilizada pelo governo federal.			
20.9 Cobrar e monitorar a definição dos critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio.	Até 2024	Não contemplada	Realizada	Sim
	Observações: - Estratégia realizada de acordo com os programas, projetos e recursos voluntários/adicionais do governo federal.			

META 20 – Estratégias:	Prazo	Previsões Orçamentárias	Status	Alcançou Estratégia?
20.10 Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste plano com os demais instrumentos orçamentários do município: PPA, LDO, LOA em todos os níveis etapas e modalidades de ensino.	Anual	Não se aplica	Em desenvolv.	Sim
	Observações: - Constantemente a Secretaria de Educação vem aprimorando sua atuação para articular as Metas e Estratégias do PME às leis orçamentárias. Até mesmo porque, o TCE/SC vem exercendo grande pressão nesse sentido.			
20.11 Garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados na melhoria da qualidade, na formação e valorização do magistério, na organização escolar e manutenção de veículos, equipamentos e da infraestrutura física.	Anual	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - A aplicação dos recursos vinculados à presente estratégia estão sendo executadas em conformidade com os parâmetros legais, recursos disponíveis e necessidade.			
20.12 Realizar estudo de impacto financeiro quanto à oferta de transporte escolar público ou terceirizado.	2016	Não se aplica	Realizada	Sim
	Observações: - O município mantém parte do seu transporte escolar terceirizado, o qual é definido segundo levantamento de custos praticados pelo mercado e as especificidades requeridas, bem como para aliviar o seu compromisso em manter e renovar a frota continuamente.			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARROIO TRINTA

4. CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

O presente relatório de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação do município de Arroio Trinta, compreende o monitoramento 2019 e o 2º Ciclo de Avaliação, servindo como instrumento para tomada de decisões e realinhamentos necessários em torno da consecução de suas metas e estratégias, considerando os prazos vigentes e os compromissos assumidos em âmbito local.

Considerando o estudo realizado pela Equipe Técnica de monitoramento e avaliação do PME, são apresentadas as seguintes considerações/recomendações:

✓ Em relação a Meta 1, do atendimento na Educação Infantil, o município cumpriu a Meta da universalização de 4 e 5 anos, conforme Nota Técnica nº 002/2020 (nos anexos). Em relação ao atendimento das crianças de 0 a 3 anos até 2024, o município assumiu a Meta de atender 80 a 90% e, até 2019 alcançou o patamar aproximado de 70%, relativamente próximo à faixa de atendimento pretendida e bem acima dos 50% previstos no PNE e PEE.

✓ A Meta 2, do ensino fundamental de 6 aos 14 anos, apesar dos indicadores oficiais e extraoficiais apontarem que a universalização não foi atingida no período, estudos locais sustentam que a universalização foi efetivada, conforme Nota Técnica nº 004/2020 (nos anexos). Quanto a conclusão do ensino fundamental na idade recomendada, há que se apurar melhor os dados relativos a essa questão, pois os dados oficiais disponíveis são da Pnad 2013. Atenta-se para o fato de que, se não houver um trabalho quanto a distorção idade-série, que em 2019 ficou em 20,9% para o Ensino Fundamental, é possível afirmar que a meta de 95% no fluxo será difícil de ser alcançada até 2024, sem uma reversão desse quadro.

✓ A Meta 3, do Ensino Médio, por ser de responsabilidade da Rede Estadual, fica difícil para que o município exerça cobrança quanto ao cumprimento dos indicadores assumidos pelo próprio estado no PEE, os quais estão presentes também no PME. No entanto, por meio da Nota Técnica nº 005/2020 (nos anexos), foi defendida a tese, com as devidas argumentações, de que a universalização do atendimento da população dos 15 aos 17 anos foi alcançada. Nesse sentido, atenta-se ao fato de que a apuração dos indicadores do Ensino Médio precisa ser mais efetiva/confiável, sendo necessário aprimorar os mecanismos de apuração da população na faixa etária dos 15 aos 17 anos (residentes no município), bem como das matrículas atendidas fora do município, nesta etapa de ensino, no IFC, Colégio Agrícola, Escolas Particulares, EJA e outras e até mesmo dos que já concluíram esse nível de escolarização.

✓ Em relação a Meta 4, da inclusão em classes comuns, é possível afirmar que houve grandes avanços no município, tanto no aspecto da universalização e na qualidade do atendimento, quanto na formação e qualificação dos profissionais da educação na perspectiva da diversidade. Mesmo prestando assistência e os encaminhamentos necessários aos alunos que apresentam deficiências, tanto a Rede Municipal quanto a Estadual apresentam necessidade de dispor de Sala de AEE.

✓ A Meta 5, da alfabetização das crianças até os 8 anos de idade, o município sempre apresentou ótimo desempenho em relação a esse compromisso, sendo confirmado nas avaliações externas: Prova ANA em que os níveis de proficiência aferidos em Leitura, Escrita e Matemática são muito bons e apresentaram melhora de uma avaliação para outra; Prova do SAEB/Ideb do 5º Ano, onde as metas projetadas para o IDEB foram atingidas e superadas em todas as edições.

✓ A Educação em tempo integral - Meta 6, foi assumida no PME com projeção de se atingir 50% dos alunos nesta modalidade de atendimento até 2024, bem acima dos 25% do PNE e PEE. Tal meta

estabelecida em 2015 pelo município, foi balizada num atendimento de 30% à época, chegando ao patamar de 46% em 2017. No entanto, com a paralização do atendimento no Programa Mais Educação para os Anos Finais em 2018, o percentual de atendimento caiu para 23,9% em 2019.

✓ A Meta 7, da qualidade da educação básica, sempre foi alvo de muito empenho local em que a Rede Municipal de Ensino sempre obteve bons índices no IDEB, ficando acima da média estabelecida pelo INEP em todas as avaliações. Nos Anos Finais, sob responsabilidade da Rede Estadual, os resultados do IDEB têm ficado um pouco abaixo das metas estabelecidas, entre 0,1 ou 0,2 décimos, no período decorrido do Plano Decenal. O Ensino Médio passou a ser avaliado em 2017, cujo resultado de 3,9 passou a estabelecer metas para os próximos períodos de avaliação, em que, o IDEB de 4,2 obtido em 2019 ficou exatamente na meta projetada.

✓ A Meta 8, da elevação da escolaridade/diversidade da população adulta dos 18 a 29 anos, para que sejam alcançados 12 anos ou mais de escolaridade, apesar de não haver indicadores para o âmbito municipal, há que se considerar os avanços na oferta, acessibilidade e fluxo na educação básica na última década, bem como pela condição favorável na oferta de transporte intermunicipal gratuito para que a população adulta possa continuar seus estudos fora do município, na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Ensino Superior e EJA.

✓ Quanto ao analfabetismo absoluto e funcional, Meta 9, atenta-se ao fato de que os níveis residuais de analfabetismo estão diretamente relacionados às faixas etárias mais elevadas em que as condições e interesses de retomar os estudos são reduzidas. O município ofereceu por muitas décadas o acesso à Educação de Jovens e Adultos em parceria com a Rede Estadual e, atualmente, oferece vaga no transporte intermunicipal gratuito aos interessados em buscar essa modalidade de ensino, junto ao Polo Regional do CEJA em Videira.

✓ A Meta 10, da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional, de atribuição de outras esferas de governo, não apresenta oferta em âmbito local e regional. Há oferta apenas da EJA Regular.

✓ A Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPT), Meta 11, encontra duas alternativas no município: a primeira consiste na oferta local do Magistério de Nível Médio na Escola Estadual, a qual atende demanda microrregional; a segunda consiste na oferta de transporte intermunicipal gratuito aos alunos que buscam tal formação no IFC, SENAI e Escola Agrotécnica.

✓ A Meta 12, da Educação Superior, apesar de não haver oferta local nesse nível de escolaridade, o município mantém historicamente serviços de transporte intermunicipal gratuito para quem deseja estudar regionalmente, em trajetos já institucionalizados, a qual tem sido a forma mais eficaz em contribuir para o acesso e permanência da população dos 18 aos 24 anos no nível superior.

Cabe destacar que em termos de indicadores da taxa bruta de matrícula (TBM) e taxa líquida de escolarização (TLE) no Ensino Superior, para a população local dos 18 aos 24 anos, os dados estão bem acima da média brasileira e próxima e/ou acima da média de Santa Catarina.

✓ A Meta 13 da Qualidade do Ensino Superior e Meta 14 da Pós-graduação no Ensino Superior, de atribuição dos governos federal, estadual e da iniciativa privada, apresentam pouca pertinência ao município.

✓ As Metas da Valorização do Magistério vêm apresentando avanços consideráveis nas últimas décadas, em função dos esforços empreendidos em todas as esferas de governo:

- A Meta 15, da qualificação dos profissionais que atuam na Educação Básica, apresentou em 2019 um excelente desempenho nos Indicadores, em que, 100% dos professores que atuam na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental possuíam formação superior em sua área de atuação. Nos Anos Finais esse percentual ficou em 86,7% e no Ensino Médio 90,5%, muito próximos da meta de 100% prevista para ser alcançada até 2024.

- A Meta 16, da formação dos professores da educação básica (pós-graduação e formação continuada), observa-se que a titulação de pós-graduação vem crescendo anualmente, chegando ao patamar de aproximadamente 60% em 2019, porém, um tanto quanto abaixo dos 90% pretendidos até 2024. Relativo à formação continuada, as Redes Municipal e Estadual de Ensino buscam oferecer, dentro de cada ano letivo, uma carga horária mínima de qualificação aos seus profissionais;

- A Meta 17, da equiparação salarial aos demais profissionais com escolaridade equivalente, há que se avançar muito nesse sentido, cabendo principalmente ao governo federal a tarefa de auxiliar, em regime de colaboração, para que isso realmente se efetive nos estados e municípios;

- Quanto aos Planos de Carreira dos Profissionais do Magistério, Meta 18, no que tange ao município, houve dificuldades em viabilizar sua atualização/reestruturação no período decorrido do plano decenal. Contudo, o Piso Nacional Profissional (PNP) vem sendo cumprido ao longo dos anos, porém, com gradativa redução entre o vencimento base do professor com formação em nível superior e o referido piso. Para 2019 esta diferença ficou em 16,2% e apenas 7,4% em 2020.

✓ A gestão democrática, presente na Meta 19, demanda compromisso coletivo e contínuo para que os mecanismos de acompanhamento e controle social sejam efetivamente exercidos e aprimorados. As estruturas relativas aos conselhos, fórum e participação da comunidade escolar e da sociedade como um todo estão presentes e garantidas, cabendo a cada cidadão/representatividade exercer seus direitos de coparticipação.

✓ O financiamento da educação, presente na Meta 20, foi assumido na perspectiva da Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF e não no PIB, conforme prevê o PNE e PEE. Nesse sentido, cabe destacar que os investimentos em educação pelo município em Manutenção e Desenvolvimento da Educação (MDE), têm oscilado entre 25,7% a 27,3% de 2015 a 2019.

Em razão do município apresentar retenção considerável de recursos no Fundeb (aproximadamente 80% do que restituiu em 2019), pela pequena quantidade de matrículas que possui em sua rede de ensino, de modo que, tais perdas representam um percentual aproximado de 8% no percentual contábil anual investidos em MDE.

A Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME, sob a Coordenação da Secretaria Municipal de Educação, no que tange ao monitoramento 2019/2020 e 2º Ciclo de Avaliação, apresenta as seguintes considerações em relação ao trabalho até aqui realizado:

- Há necessidade de se dispor de dados mais recentes para o monitoramento dos indicadores utilizados no PME, tendo em vista a defasagem nos dados oficiais disponíveis. Nesse sentido, preocupa o fato de não estar sendo realizado o Censo 2020, bem como da possível demora para que possa ser efetivamente realizado e, ainda mais, para que os resultados sejam disponibilizados para as futuras etapas de monitoramento e avaliação do PME;

- Apesar da dificuldade do município em assumir responsabilidades na coleta de dados, sugere-se uma aproximação ainda maior entre a Secretaria de Educação e da Saúde e Assistência Social, por meio dos Agentes Comunitários de Saúde, para que atuem como agentes reguladores do acesso e permanência das crianças e adolescentes na escola;

- Aprimorar e regulamentar os mecanismos de busca ativa e de atuação da Rede de Proteção Social local, visando o cumprimento de metas e estratégias que necessitam desse tipo de regulação/acompanhamento junto ao PME, bem como do papel que cabe a cada entidade/organização na garantia/cobrança desses direitos e deveres;

- Considerando que o PME está num ponto intermediário de sua vigência e, diante das constatações em torno de alguns indicadores e a direta relação com as expectativas projetadas em seu início, cujas condicionantes e demais fatores contribuíram para que rumassem num sentido e intensidade

não esperado, sugere-se a realização de estudos/reflexões visando a readequação para um patamar mais exequível e próximo do estabelecido no PNE e PEE, entre os quais estão:

- Indicador 1B, do atendimento da demanda de 0 a 3 anos de idade em creche até 2024, que o PNE e PEE estabeleceu em 50% até 2024, no Plano Municipal foi definido entre 80% e 90%;
- Indicador 6A, do percentual de alunos da educação básica atendidos em tempo integral, previsto no PNE e PEE em 25% até 2024, no PME foi assumido com percentual de 50%;
- Indicador 16A, da pós-graduação dos professores da educação básica, previsto para alcançar 50% até 2024 no PNE e PEE, no PME foi definido o patamar de 90%.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARROIO TRINTA

5. ANEXOS

5.1 Referências:

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação – PNE EM MOVIMENTO. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 2018.

_____. Plano Nacional de Educação. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicações. Brasília: 2015.

_____. Lei nº 1742/2015, de 23 de junho de 2015. Plano Municipal de Educação de Arroio Trinta.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. PAS - Pesquisa Anual de Serviços [online]. Disponível na internet via www URL: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/.....> Arquivo consultado em março de 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 [online]. Brasília: Inep, 2015/2016/2017/2018/2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 15.07.2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. Indicadores Educacionais 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 [online]. Brasília: Inep, 2015/2016/2017/2018/2019. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 18.09.2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. IDEB – Resultados e Metas [online]. Brasília: Inep 2020. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=403128>>. Acesso em: 18.09.2020.

QEDU. Portal da Fundação Lemann. Disponível em: <http://www.qedu.org.br/#>

PREFEITURA DE ARROIO TRINTA. Informações dos Setores Contábil, Recursos Humanos e Controle Interno, 2020.

FECAM – Federação Catarinense de Municípios. Portal das Transferências Constitucionais – SC [online]. Disponível na internet via www URL: <<https://receitas.fecam.org.br/municipio/152/Macieira/FUNDEB/analises/analise/receitaDescontoAnual>>. Acesso em: 16.07.2020.

5.2 Glossário:

AEE – Atendimento Educacional Especializado	PAR – Plano de Ações Articuladas
AMARP – Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe	PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
ANA – Avaliação Nacional de Alfabetização	PDE - Plano de Desenvolvimento Educacional
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	PEE – Plano Estadual de Educação
APOIA – Programa de Combate à Evasão Escolar	PME – Plano Municipal de Educação
APP – Associação de Pais e Professores	PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
BNCC – Base Nacional Comum Curricular	PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
CACS – Conselho de Acompanhamento e Controle Social	PNAIC – Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa
CAE – Conselho de Alimentação Escolar	PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil	PNE – Plano Nacional de Educação
CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos	PNLD – Programa Nacional do Livro Didático
CONAE – Conferência Nacional de Educação	PNP – Piso Nacional Profissional
EB – Educação Básica	PROUNI – Programa Universidade para Todos
Educacenso – Censo da Educação Básica	PSNP - Piso Salarial Nacional Profissional
EEB – Escola de Educação Básica	RM – Rede Municipal
EJA – Educação de Jovens e Adultos	RP – Rede Pública
EM – Escola Municipal	SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica
ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes	SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio	SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
EPT – Educação Profissional Técnica	SIGECON – Sistema de Gestão de Conselhos
FECAM – Federação Catarinense de Municípios	SIGPC – Sistema de Gestão de Prestação de Contas
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação	SIOPE – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	SME – Secretaria Municipal de Educação
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica	TBM – Taxa Bruta de Matrícula
IFC – Instituto Federal Catarinense	TCE – Tribunal de Contas do Estado
INEP – Instituto Nacional de Pesquisa Educacional Anísio Teixeira	TE – Transporte Escolar
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor	TLE – Taxa Líquida de Escolarização
LC – Lei Complementar	UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais
LDO – Lei Orçamentária Anual	UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina
LOA – Lei Orçamentária Anual	
LRF – Lei de Responsabilidade Social	
MDE – Manutenção e Desenvolvimento da Educação	
MEC – Ministério da Educação e Cultura	
NT – Nota Técnica	
PA – Projeto Atividade	

5.3 Dotações Orçamentárias 2019

Código de identificação e Descrição do projeto atividade

04 – Secretaria Municipal de Educação

- 1063 Ampliação da rede física do Ensino Fundamental
 - 4.4.90 (...) 1101 – Receitas e transferências de impostos
 - 4.4.90 (...) 1132 – Transferências de convênios com a União
 - 4.4.90 (...) 1162 – Transferências de convênios com o Estado

- 1064 Aquisição de veículos – Educação
 - 4.4.90 (...) 1101 – Receitas e transferências de impostos
 - 4.4.90 (...) 1132 – Transferências de convênios com a União
 - 4.4.90 (...) 1162 – Transferências de convênios com o Estado
 - 4.4.90 (...) 1189 – Recursos de alienação de bens

- 1065 Ampliação da Rede Física Infantil
 - 4.4.90 (...) 1101 – Receitas e transferências de impostos
 - 4.4.90 (...) 1132 – Transferências de convênios com a União
 - 4.4.90 (...) 1162 – Transferências de convênios com o Estado

- 2009 Manutenção Programa de Merenda Escolar
 - 3.1.90 (...) 1100 - Recursos ordinários
 - 3.3.90 (...) 1100 – Recursos ordinários
 - 3.3.90 (...) 1137 – Recursos do FNDE - PNAE

- 2010 Manutenção das atividades do Ensino Fundamental
 - 3.1.90 (...) 1101 – Receitas e transferências de impostos - Gastos de pessoal
 - 3.1.90 (...) 1118 – Fundeb 60% - Folha e encargos professores
 - 3.1.90 (...) 1119 – Fundeb 40% - Folha e encargos com os demais profissionais da educação
 - 3.1.91 (...) 1101 - Receitas e transferências de impostos - Transferências para fundos e seguridade social
 - 3.1.91 (...) 1118 – Fundeb 60% - Transferências para fundos e seguridade social
 - 3.3.90 (...) 1101 - Receitas e transferências de impostos - Despesas de material de consumo e serviços de terceiros
 - 3.3.90 (...) 1119 – Fundeb 40% - Despesas de material de consumo e serviços de terceiros
 - 3.3.90 (...) 1136 – Salário Educação - Despesas de material de consumo e serviços de terceiros
 - 3.3.90 (...) 1137 – Recursos do FNDE - Despesas de material de consumo e serviços de terceiros
 - 3.3.90 (...) 1162 – Transferências de convênios com o Estado - Despesas de material de consumo e serviços de terceiros
 - 4.4.90 (...) 1101 – Receitas e transferências de impostos – Despesas com obras e investimentos
 - 4.4.90 (...) 1119 – Recursos do Fundeb 40%

- 4.4.90 (...) 1132 - Transferências de convênios com a União – Despesas com obras e investimentos
- 4.4.90 (...) 1136 – Salário Educação – Despesas com obras e investimentos
- 4.4.90 (...) 1166 - Transferências legais e constitucionais do Estado – Despesas com obras e investimentos

- 2011 Apoio à Educação de Jovens e Adultos
 - 3.3.90 (...) 1101 - Receitas e transferências de impostos - Despesas de material de consumo e serviços de terceiros

- 2012 Apoio ao Ensino Médio
 - 3.3.90 (...) 1101 - Receitas e transferências de impostos - Despesas de material de consumo e serviços de terceiros
 - 3.3.90 (...) 1137 - Recursos do FNDE - Despesas de material de consumo e serviços de terceiros.
 - 3.3.90 (...) 1162 – Transferências de convênios com o Estado - Despesas de material de consumo e serviços de terceiros

- 2013 Apoio ao Ensino Superior
 - 3.3.90 (...) 1101 - Receitas e transferências de impostos - Despesas de material de consumo e serviços de terceiros

- 2014 Apoio à Educação Especial
 - 3.3.90 (...) 1101 - Receitas e transferências de impostos - Despesas de material de consumo e serviços de terceiros

- 2016 Manutenção da Educação Infantil – Creche
 - 3.1.90 (...) 1101 – Receitas e transferências de impostos - Gastos de pessoal
 - 3.1.90 (...) 1118 – Fundeb 60% - Folha e encargos professores
 - 3.1.90 (...) 1119 – Fundeb 40% - Folha e encargos com os demais profissionais da educação
 - 3.1.91 (...) 1101 - Receitas e transferências de impostos - Transferências para fundos e seguridade social.
 - 3.1.91 (...) 1118 – Fundeb 60% - Transferências para fundos e seguridade social
 - 3.3.90 (...) 1101 - Receitas e transferências de impostos - Despesas de material de consumo e serviços de terceiros
 - 3.3.90 (...) 1119 – Fundeb 40% - Despesas de material de consumo e serviços de terceiros
 - 3.3.90 (...) 1136 – Salário Educação - Despesas de material de consumo e serviços de terceiros
 - 3.3.90 (...) 1137 - Recursos do FNDE - Despesas de material de consumo e serviços de terceiros
 - 3.3.90 (...) 1162 - Transferências de convênios com o Estado - Despesas de material de consumo e serviços de terceiros
 - 4.4.90 (...) 1101 – Receitas e transferências de impostos – Despesas com obras e investimentos
 - 4.4.90 (...) 1119 – Recursos do Fundeb 40%

- 4.4.90 (...) 1132 – Transferências de convênios com a União – Despesas com obras e investimentos
- 4.4.90 (...) 1137 – Recursos do FNDE
- 2053 Manutenção da Educação Infantil – Pré-Escolar
 - 3.1.90 (...) 1101 – Receitas e transferências de impostos - Gastos de pessoal
 - 3.1.90 (...) 1118 – Fundeb 60% - Folha e encargos professores
 - 3.1.90 (...) 1119 – Fundeb 40% - Folha e encargos com os demais profissionais da educação
 - 3.1.91 (...) 1101 - Receitas e transferências de impostos - Transferências para fundos e seguridade social
 - 3.1.91 (...) 1118 – Fundeb 60% - Transferências para fundos e seguridade social
 - 3.3.90 (...) 1101 - Receitas e transferências de impostos - Despesas de material de consumo e serviços de terceiros
 - 3.3.90 (...) 1119 – Fundeb 40% - Despesas de material de consumo e serviços de terceiros
 - 3.3.90 (...) 1136 – Salário Educação - Despesas de material de consumo e serviços de terceiros
 - 3.3.90 (...) 1137 - Recursos do FNDE – PNAE
 - 3.3.90 (...) 1162 - Transferências de convênios com o Estado - Despesas de material de consumo e serviços de terceiros
 - 4.4.90 (...) 1101 – Receitas e transferências de impostos – Despesas com obras e investimentos
 - 4.4.90 (...) 1119 – Recursos do Fundeb 40%
 - 4.4.90 (...) 1132 – Transferências de convênios com a União – Despesas com obras e investimentos
 - 4.4.90 (...) 1137 – Recursos do FNDE

5.4 Notas Técnicas:



MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

ARROIO TRINTA - SANTA CATARINA

NOTA TÉCNICA

NÚMERO: 001/2020/Equipe Técnica de monitoramento e avaliação do PME

Levantamento de informações relativas à população por faixa etária considerada no atendimento da demanda das Metas 1, 2 e 3, a partir dos dados oficiais do IBGE/2010 e estimativas da população geral do município divulgadas anualmente pelo instituto.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO: Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME.

HISTÓRICO: Para a realização do estudo de tanto de monitoramento quanto de avaliação do Plano Municipal de Educação, especialmente em relação ao atendimento da demanda na Educação Básica, é essencial que se disponha da população por faixa etária, a partir dos dados oficiais do IBGE (2010) e estimativas da população geral publicadas anualmente.

As faixas etárias da população consideradas nas Metas 1, 2 e 3, correspondem às crianças de 0 a 3 anos de idade na Etapa de Creche, 4 e 5 Anos no Pré-escolar, 6 a 14 anos no Ensino Fundamental e 15 a 17 anos no Ensino Médio.

A partir dos dados oficiais obtidos junto ao IBGE, contendo a população geral e por faixa etária do município de Arroio Trinta do Censo 2010, tendo como referência o Dossiê da FIESC - Situação Educacional dos Municípios Catarinenses 2015, bem como da população estimada de 2011 a 2019 (abaixo), aplicou-se as bases de cálculo que seguem, para obtenção dos dados apurados na Tabela I, constante da presente nota técnica:

TABELA 3

POPULAÇÃO DE SANTA CATARINA EM IDADE ESCOLAR (0 A 17 ANOS)

Município	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos
ARROIO TRINTA	125	75	435	194

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010

Obs: Informações obtidas da publicação - Dossiê da FIESC, 2015 "Situação Educacional dos Municípios Catarinenses"

Tabela 6579 - População residente estimada									
Variável - População residente estimada (Pessoas)									
Município	Ano								
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Arroio Trinta	3503	3504	3562	3563	3563	3564	3564	3551	3550

Fonte: IBGE - Estimativas de População

$$\text{Coeficiente de crescimento populacional} = \frac{\text{População estimada para cada ano}}{\text{População do ano anterior}}$$

$$A \times B = C$$

A - População da faixa etária considerada do ano anterior

B - Coeficiente de crescimento populacional do ano

C – População da faixa etária considerada para o ano

Tabela I - População total e por faixa etária (estimativas) do município de Arroio Trinta - 2010 a 2019

Itens analisados	Censo 2010-IBGE	População residente estimada por ano - IBGE								
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
População total	3502	3503	3504	3562	3563	3563	3564	3564	3551	3550
Coeficiente crescimento	-	1,00029	1,00029	1,01655	1,00028	1,00000	1,00028	1,00000	0,99635	0,99972
População 0 a 3 anos	125	125	125	127	127	127	127	127	126	126
População 4 e 5 anos	75	75	75	76	76	76	76	76	76	76
População 6 a 14 anos	435	435	435	442	442	442	442	442	441	440
População 15 a 17 anos	194	194	194	197	197	197	197	197	196	196

Fonte: IBGE e cálculos estimados por faixa etária SME

ANÁLISE TÉCNICA: Considerando a necessidade de se dispor de informações atualizadas para avaliar o atendimento da demanda na educação básica, de acordo com as faixas etárias de atendimento previstas nas Metas 1, 2 e 3, as informações constantes desta nota técnica serão úteis como fonte e base de cálculo para os dados extraoficiais a serem utilizados no relatório do PME.

CONCLUSÃO: Fica aprovada a utilização dos dados da população por faixa etária do município de Arroio Trinta, acima descritos e calculados, a partir dos dados oficiais do IBGE, como base de cálculo para aferição do atendimento da demanda nas etapas de creche, pré-escolar, ensino fundamental e médio, no relatório de monitoramento e avaliação do PME.

Arroio Trinta, 13 de novembro de 2020.

Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME



MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

ARROIO TRINTA - SANTA CATARINA

NOTA TÉCNICA

NÚMERO: 002/2020/Equipe Técnica de monitoramento e avaliação do PME

ASSUNTO: Atendimento da demanda da população de 4 e 5 anos na etapa do Pré-escolar e/ou em outras etapas do ensino fundamental.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO: Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME.

HISTÓRICO: A Meta 1 do Plano Municipal de Educação de Arroio Trinta, vinculada diretamente ao Indicador 1A, prevê nesse sentido “**Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 6 anos (após a data corte de 31 de março)...**”.

Para correlacionar o indicador oficial disponível na plataforma do PNE em Movimento, tendo como fonte a Pnad 2013 (anterior ao PME), o qual apontava a partir da pesquisa amostral por domicílio que o atendimento da população de 4 e 5 anos correspondia ao percentual de 100%, é que se busca a partir deste estudo estatístico, ampliar tal investigação também para os anos de 2015 a 2019, tendo como referência os dados das matrículas por idade publicadas pelas Sinopses dos Censos da Educação Básica de cada ano e da população por faixa etária estimada pela Nota Técnica nº 001/2020.

Fórmula de cálculo para o Indicador 1A:

$$\frac{\text{população de 4 e 5 anos que frequenta a escola}}{\text{população de 4 e 5 anos}} \times 100$$

A partir das informações apresentadas, o Quadro abaixo sistematiza o processo de obtenção dos dados extraoficiais apurados, os quais, apesar de não confirmarem a universalização em todos os anos, servem como referência para ampliar o campo de análise em torno da questão.

Número de matrículas atendidas no município de Arroio Trinta, na faixa etária dos 4 e 5 anos de idade, por Modalidade de Ensino – Ensino Regular e/ou Educação Especial de 2015 a 2019

Ano	População 4 e 5 anos (estimativa para o período)	Pré-escola	Anos Iniciais	Total	Atendimento estimativa
2015	76	65	10	75	98,7%
2016	76	63	-	63	82,9%
2017	76	68	-	68	89,5%
2018	76	76	-	76	100%
2019	76	72	-	72	94,7%

Fonte: INEP - Censo da Educação Básica 2015 a 2019 e Estimativa Populacional IBGE/Nota Técnica nº 001/2020/PME

Considerando outros aspectos relacionados à questão abordada é oportuno destacar algumas argumentações pontuadas pela Secretaria Municipal de Educação:

1. O IBGE em suas estimativas, apesar de apontar um crescimento populacional mínimo da população total no município para o período, não leva em consideração os efeitos na redução da população nas faixas etárias de menor idade;
2. Não há lista de espera e nem restrição de acesso aos alunos na faixa etária dos 4 e 5 anos de idade na Educação Infantil;
3. O atendimento das crianças de 4 e 5 anos na Educação Infantil fica facilitado em razão do município oferecer transporte escolar em todas as linhas do interior que apresente demanda.
4. Não há registro, junto à Rede de Proteção Social, de criança de 4 e 5 anos fora da escola.

ANÁLISE TÉCNICA: Considerando o que se descreve no histórico da presente nota técnica, com base em informações apuradas a partir de fontes oficiais, pertinentes e confiáveis, os dados extraoficiais levantados para o Indicador 1A se justificam como fonte para análise de monitoramento e avaliação da Meta, que somada às argumentações da Secretaria Municipal de Educação, confirmam a universalização do atendimento escolar da população de 4 e 5 anos de idade.

CONCLUSÃO: Conhecendo plenamente a realidade local, bem como a inexistência de registro de crianças de 4 e 5 anos fora da escola, é possível afirmar que a universalização do atendimento da população dos 4 e 5 anos de idade (Indicador 1A), foi consolidada no município a partir da vigência do Plano Decenal.

Arroio Trinta, 13 de novembro de 2020.

Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME



MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

ARROIO TRINTA - SANTA CATARINA

NOTA TÉCNICA

NÚMERO: 003/2020/Equipe Técnica de monitoramento e avaliação do PME

ASSUNTO: Atendimento da demanda da população de 0 a 3 anos na etapa de Creche – Educação Infantil.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO: Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME.

HISTÓRICO: A Meta 1 do Plano Municipal de Educação de Arroio Trinta, vinculada diretamente ao Indicador 1B, está assim descrita “(...) **ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, na faixa de 80% a 90% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PME.**”

Para ampliar a disponibilidade de informações, além do indicador oficial disponível na plataforma do PNE em Movimento, o qual tem como fonte a Pnad 2013 (anterior ao PME), apontando atendimento de 48,4% da população de 0 e 3 anos de idade na Educação Infantil, o presente estudo busca sistematizar esse indicador para os anos de 2015 a 2019, tendo como referência os dados das matrículas por idade publicadas pelas Sinopses dos Censos da Educação Básica de cada ano e a população por faixa etária estimada pela Nota Técnica nº 001/2020.

ANÁLISE TÉCNICA: Na apuração dos dados extraoficiais, utilizou-se a seguinte fórmula para o Indicador 1B:

$$\frac{\text{população de 0 a 3 anos que frequenta a escola}}{\text{população de 0 a 3 anos}} \times 100$$

A partir da compilação das informações, o Quadro abaixo sistematiza o processo de obtenção dos dados extraoficiais apurados para o período decorrido na vigência do PME.

Número de matrículas atendidas no município de Arroio Trinta, na faixa etária dos 0 aos 3 anos de idade, por Modalidade de Ensino – Ensino Regular e/ou Educação Especial de 2015 a 2019

Ano	População 0 a 3 anos (estimativa para o período)	Creche	Pré-escola	Total	Atendimento estimativa
2015	127	73	24	97	76,4%
2016	127	53	29	82	64,6%
2017	127	55	33	88	69,3%
2018	126	60	25	85	67,5%
2019	126	57	31	88	69,8%

Fonte: INEP - Censo da Educação Básica 2015 a 2019 e Estimativa Populacional IBGE/Nota Técnica nº 001/2020/PME

CONCLUSÃO: Considerando o estudo realizado e as informações expostas na presente nota técnica, fica aprovada a utilização dos dados extraoficiais apurados relativos ao atendimento da população dos 0 aos 3 anos de idade, como meio de subsidiar as análises de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação, relativo ao atual período de estudo.

Arroio Trinta, 13 de novembro de 2020.

Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME



MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

ARROIO TRINTA - SANTA CATARINA

NOTA TÉCNICA

NÚMERO: 004/2020/Equipe Técnica de monitoramento e avaliação do PME

ASSUNTO: Universalização do atendimento de pessoas de 6 aos 14 anos de idade que frequenta ou que já concluíram o ensino fundamental, Indicador 2A.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO: Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME.

HISTÓRICO: A Meta 2 do Plano Municipal de Educação de Arroio Trinta, prevê “**Universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 anos (considerando a data corte) a 14 anos (...)**”.

Para ampliar as informações quanto ao atendimento da população de 6 aos 14 anos de idade, além do indicador de 99,3% oficializado na plataforma do PNE em Movimento, o qual tem como fonte a Pnad 2013 (anterior ao PME), a partir deste estudo estatístico, se busca dispor de dados extraoficiais, levantados pela Secretaria de Educação, também para os anos de 2015 a 2019, tendo como referência os dados das matrículas por idade publicadas pelas Sinopses dos Censos da Educação Básica de cada ano e a população por faixa etária estimada por meio da Nota Técnica nº 001/2020.

Fórmula de cálculo para o Indicador 2A:

$$\frac{\text{população de 6 aos 14 anos que frequenta a escola}}{\text{população de 6 aos 14 anos}} \times 100$$

A partir das informações apresentadas, o Quadro abaixo sistematiza o processo de obtenção dos dados extraoficiais apurados.

Número de matrículas atendidas no município de Arroio Trinta, na faixa etária dos 6 aos 14 anos de idade, por Modalidade de Ensino – Ensino Regular e/ou Educação Especial de 2015 a 2019

Ano	População 6 aos 14 anos (estimativa para o período)	Educação Infantil	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	Total	Atendimento estimativa
2015	442	-	173	184	18	375	84,8%
2016	442	6	168	148	25	347	78,5%
2017	442	7	172	137	10	326	73,8%
2018	441	4	171	138	16	329	74,6%
2019	440	5	159	133	9	306	69,5%

Fonte: INEP - Censo da Educação Básica 2015 a 2019 e Estimativa Populacional IBGE/Nota Técnica nº 001/2020/PME

Considerando outros aspectos relacionados à questão abordada é oportuno destacar que a Secretaria Municipal de Educação tem argumentos suficientes para considerar que o atendimento das crianças e adolescentes de 6 aos 14 anos de idade já foi universalizado no município, conforme segue:

1. O IBGE em suas estimativas, apesar de apontar um crescimento populacional mínimo da população total no município para o período, não leva em consideração os efeitos na redução da população nas faixas etárias de menor idade;
2. Dados da Pnad 2013 (PNE em Movimento), apresentava atendimento dos 6 aos 14 anos de 99,3%, praticamente de 100%, antes mesmo da aprovação do presente plano decenal. Sendo assim, o atendimento de apenas 69,5% em 2019 (apesar de não se tratar de uma pesquisa amostral por domicílio como a do IBGE), se configura pela redução gradativa das matrículas de 2015 a 2019, em relação ao referido grupo populacional. Tal constatação poderia configurar que houve realmente uma certa redução da população nesta faixa etária, não sinalizada nas estimativas;
3. Nas pesquisas realizadas pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Secretaria de Saúde (Agentes de Saúde), não foi constatado nenhuma criança ou adolescente dos 6 aos 14 anos sem atendimento escolar;
4. Não há registro, junto à Rede de Proteção Social, de crianças e adolescentes dos 6 aos 14 anos fora da escola, especialmente, por parte do Conselho Tutelar e Promotoria Pública.

ANÁLISE TÉCNICA: Considerando o que se descreve no histórico da presente nota técnica, com base em informações apuradas a partir de fontes oficiais, pertinentes e confiáveis, os dados extraoficiais levantados para o Indicador 2A se justificam como fonte para análise de monitoramento e avaliação da Meta, porém, cabe considerar os apontamentos apresentados pela Secretaria Municipal de Educação, por meio dos quais é possível justificar/configurar a universalização do atendimento escolar da população dos 6 aos 14 anos de idade.

CONCLUSÃO: Considerando o estudo realizado e as informações apresentadas na presente nota técnica, fica aprovada a utilização dos dados extraoficiais apurados quanto ao atendimento da população dos 6 aos 14 anos, no monitoramento e avaliação do Plano Decenal, bem como as argumentações manifestas de que a universalização pretendida para o Indicador 2A, vem ocorrendo de 2016 em diante.

Arroio Trinta, 13 de novembro de 2020.

Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME



MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

ARROIO TRINTA - SANTA CATARINA

NOTA TÉCNICA

NÚMERO: 005/2020/Equipe Técnica de monitoramento e avaliação do PME

ASSUNTO: Universalização do atendimento de pessoas de 15 aos 17 anos de idade que frequenta ou que já concluíram o ensino médio, Indicador 3A.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO: Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME.

HISTÓRICO: A Meta 3 do Plano Municipal de Educação de Arroio Trinta, prevê “**Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos (...)**”.

Considerando que o indicador oficial disponível na plataforma do PNE em Movimento, tendo como fonte a Pnad 2013 (anterior ao PME), aponta o percentual de 86,9% no atendimento da população de 15 aos 17 anos de idade, é que se busca ampliar o estudo estatístico também para os anos de 2015 a 2019, tendo como referência os dados das matrículas por idade publicadas por meio das Sinopses dos Censos da Educação Básica de cada ano e da população por faixa etária estimada pela Nota Técnica nº 001/2020.

Fórmula de cálculo para o Indicador 3A:

$$\frac{\text{população de 15 aos 17 anos que frequenta a escola}}{\text{população de 15 aos 17 anos}} \times 100$$

A partir das informações apresentadas, o Quadro abaixo sistematiza o processo de obtenção dos dados extraoficiais apurados.

Número de matrículas atendidas no município de Arroio Trinta, na faixa etária dos 15 aos 17 anos de idade, por Modalidade de Ensino – Ensino Regular e/ou Educação Especial de 2015 a 2019

Ano	População 15 aos 17 anos (estimativa para o período)	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	Total	Atendimento estimativa
2015	197	-	11	109	120	60,9%
2016	197	1	12	100	113	57,4%
2017	197	-	18	80	98	49,7%
2018	196	-	13	79	92	46,9%
2019	196	-	15	70	85	43,4%

Fonte: INEP - Censo da Educação Básica 2015 a 2019 e Estimativa Populacional IBGE/Nota Técnica nº 001/2020/PME

Levando em consideração outros aspectos em relação ao atendimento da população dos 15 aos 17 anos de idade, é importante destacar:

1. Em função da proximidade com a cidade de Videira (polo regional), onde há oferta de escolas particulares e o IFC, bem como o fato de haver oferta de transporte escolar intermunicipal gratuito no período diurno e noturno, muitos alunos acabam buscando essa formação fora do município;
2. Parte da redução da matrícula no Ensino Médio local, dos alunos dos 15 aos 17 anos, observada de 2015 para 2019, está diretamente ligada à resistência em fazer o Ensino Médio Inovador em tempo integral e pela não oferta de Ensino Médio Parcial noturno em todas as séries, situação que conflita com o interesse/necessidade do aluno em trabalhar;
3. Não há limitação de oferta no Ensino Médio local, com oferta de transporte escolar para todas as localidades em que haja demanda;
4. Nas pesquisas realizadas pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Secretaria de Saúde (Agentes de Saúde), não foi constatado nenhum jovem de 15 aos 17 anos de idade sem atendimento escolar, ou que não tenha tipo oportunidade de acesso.

ANÁLISE TÉCNICA: Considerando o que se descreve no histórico da presente nota técnica, com base em informações apuradas a partir de fontes oficiais, pertinentes e confiáveis, os dados extraoficiais levantados para o Indicador 3A se justificam como fonte para análise de monitoramento e avaliação da Meta, porém, cabe considerar os apontamentos apresentados pela Secretaria Municipal de Educação, por meio dos quais não há como afirmar categoricamente que a provável universalização do atendimento da população dos 15 aos 17 anos de idade tenha sido atingida.

CONCLUSÃO: Diante do exposto, mesmo que os dados oficiais não confirmem a universalização do atendimento da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica, o município entende que a universalização foi alcançada, porém, há que se aprimorar os mecanismos oficiais de acompanhamento e controle desse público alvo nos próximos períodos, utilizando a Rede de Proteção Social para auxiliar nesse sentido.

Arroio Trinta, 13 de novembro de 2020.

Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME

5.5 Demais informações: